

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	21
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	22
4.5 - Processos sigilosos relevantes	23
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	24
4.7 - Outras contingências relevantes	25
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	26

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	27
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	30
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	31
5.4 - Outras informações relevantes	32
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	33
6.3 - Breve histórico	34
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	35
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	36
6.7 - Outras informações relevantes	37
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	38
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	39
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	40
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	41
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	42
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	43
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	44
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	45
7.9 - Outras informações relevantes	46
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	47
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	48
8.3 - Operações de reestruturação	49
8.4 - Outras informações relevantes	50
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	51
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	52

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	53
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	54
9.2 - Outras informações relevantes	55
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	56
10.2 - Resultado operacional e financeiro	59
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	62
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	63
10.5 - Políticas contábeis críticas	64
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	68
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	69
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	70
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	71
10.10 - Plano de negócios	72
10.11 - Outros fatores com influência relevante	73
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	74
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	75
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	76
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	80
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	83
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	84
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	85
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	86
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	88
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	89

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	90
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	92
12.12 - Outras informações relevantes	93

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	94
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	96
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	99
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	102
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	105
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	106
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	109
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	110
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	111
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	113
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	114
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	115
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	116
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	117
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	118
13.16 - Outras informações relevantes	119

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	120
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	123
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	124

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	126
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	127
15.3 - Distribuição de capital	131
15.4 - Organograma dos acionistas	132
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	133
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	134
15.7 - Outras informações relevantes	135
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	136
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	137
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	140
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	141
17.2 - Aumentos do capital social	142
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	143
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	144
17.5 - Outras informações relevantes	145
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	146
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	147
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	148
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	149
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	150
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	151

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	152
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	153
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	154
18.10 - Outras informações relevantes	155
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	156
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	157
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	158
19.4 - Outras informações relevantes	159
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	160
20.2 - Outras informações relevantes	161
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	162
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	163
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	164
21.4 - Outras informações relevantes	165
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	166
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	167
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	168
22.4 - Outras informações relevantes	169

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	José Carlos Reis de Magalhães Neto
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Rafael Sonder
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0002-00		
Período de prestação de serviço	16/02/2009		
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das demonstrações financeiras contábeis da Companhia e de suas controladas		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa exercício social corrente será de R\$ 143,0 mil reais e refere-se somente a serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Claudio Rogélio Sertório	01/01/2011	094.367.598-78	R. Dr. Paes de Barros, 33, 19 andar, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21833000, Fax (011) 21833001, e-mail: csertorio@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes referente ao presente exercício, assim como nos pareceres de exercícios anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	17.990.000,00	10.213.000,00	6.546.000,00
Ativo Total	69.751.000,00	26.140.000,00	8.848.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	205.820.000,00	40.551.000,00	6.037.000,00
Resultado Bruto	165.961.000,00	22.896.000,00	-5.708.000,00
Resultado Líquido	139.020.000,00	16.014.000,00	-7.524.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	41.206.763	41.174.000	114.567
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,436579	0,240000	57,140000
Resultado Líquido por Ação	3,370000	0,470000	-65,670000

3.2 - Medições não contábeis

Não são adotadas pela Companhia medições não contábeis para a avaliação de sua situação financeira.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 7 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 4.553 mil ações, em decorrência do exercício de opções no âmbito do plano de opções de compra de ações da Companhia

3.4 - Política de destinação dos resultados

Nos termos do estatuto social da Companhia, os acionistas, em cada exercício social, têm direito a um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada a formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II, da Lei das S.A.

A Companhia pode, observadas as disposições legais e do seu estatuto social, por deliberação do Conselho de Administração, autorizar o levantamento de balanços semestrais ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, observado o disposto na legislação aplicável.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008
Lucro líquido ajustado	138.985.000,00	15.214.000,00	-7.524.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	100,000000	100,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	772,570000	150,830000	0,000000
Dividendo distribuído total	138.985.000,00	15.214.000,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	105.272.000,00	10/08/2010	6.839.000,00	29/03/2010		
Ordinária	33.713.000,00	16/03/2011				
Ordinária			8.375.000,00	25/08/2009		
						0,00

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas nos últimos 3 exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	51.761.000,00	Índice de Endividamento	2,87720000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Quirografárias	51.761.000,00	0,00	0,00	0,00	51.761.000,00	
Total	51.761.000,00	0,00	0,00	0,00	51.761.000,00	
Observação						

3.9 - Outras informações relevantes

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida da Companhia era composta por:

- (i) **contas a pagar**, referente a valores devidos a fornecedores no valor de R\$798 mil e programa de participação nos lucros da companhia, no valor de R\$ 9.535 mil, os quais já foram integralmente quitados nesta data;
- (ii) **obrigações tributárias**, no valor de 6.396 mil, as quais foram integralmente quitadas nesta data;
- (iii) **obrigações trabalhistas e despesa de pessoal**, no valor de R\$1.589 mil, as quais já foram integralmente quitadas nesta data; e
- (iv) **dividendos**, no valor de R\$ 33.713 mil, os quais foram pagos aos acionistas no dia 16 de março de 2011.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Fatores de Risco relacionados ao Emissor

I. A natureza dos negócios e atividades da Companhia traz riscos significativos ao investimento nas Ações

A Companhia gere determinados fundos, veículos e carteiras de investimentos ("Fundos"). Os portfólios dos Fundos são compostos quase exclusivamente por ações de companhias abertas e fechadas, isto é, por ativos de renda variável, observando-se uma estratégia de significativa concentração. Se ocorrer uma queda no valor das ações de uma ou mais companhias que compõem os portfólios dos Fundos, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Tarpon relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações serão adversa e significativamente impactados.

De maneira geral, os quotistas dos Fundos podem resgatar seus investimentos no curto e médio prazos. A decisão pode estar baseada na percepção individual dos investidores sobre o cenário macroeconômico atual ou futuro, as perspectivas de crescimento de economias emergentes de maneira geral, e do Brasil em particular, e sobre as condutas dos administradores e empregados da Companhia, dentre outros motivos que não estão sob controle da Companhia. Tal resgate diminuirá o montante de ativos sob gestão dos Fundos e, conseqüentemente, os honorários auferidos pela Tarpon relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações.

II. Os resultados positivos dos Fundos e Carteiras Administradas podem não resultar na valorização das Ações.

O resultado histórico das atividades da Companhia não é indicativo dos resultados futuros da Companhia ou de quaisquer retornos esperados do investimento nas Ações.

Os retornos apresentados pelos Fundos são relevantes somente como uma indicação das taxas auferidas historicamente com a gestão dos Fundos. Os resultados históricos e os potenciais resultados futuros dos Fundos podem não resultar na valorização das Ações.

Entretanto, um resultado desfavorável dos Fundos poderá causar uma diminuição substancial nas receitas provenientes dos honorários relativos a taxas recebidas com base nesses Fundos e, dessa maneira, causar um efeito adverso no desempenho da Companhia e nos investimentos nas Ações.

Ademais, no que diz respeito aos resultados históricos dos Fundos, deve-se destacar que:

- (i) tais resultados não devem ser considerados como indicação de resultados futuros dos Fundos, nem de qualquer fundo ou carteira que a Companhia possa gerir no futuro;
- (ii) as taxas de retorno em investimentos de private equity, calculadas com base nos ativos líquidos dos investimentos dos respectivos fundos, refletem ganhos não realizados e que podem não vir a se realizar; e
- (iii) os resultados dos Fundos refletem oportunidades de investimento e condições gerais de mercado que podem não estar presentes no futuro, não havendo qualquer garantia de que os Fundos atuais ou futuros serão capazes de beneficiar-se de oportunidades de investimento rentáveis.

III. A Companhia é altamente dependente de certos membros de sua administração e a perda de qualquer desses indivíduos pode afetar adversamente sua capacidade de implementar sua estratégia de negócios e de continuar a crescer.

A Companhia depende significativamente do comprometimento e da capacidade dos seus administradores e gestores para a implementação da sua estratégia, incluindo a identificação de potenciais investimentos, a seleção, a estruturação e consumação dos investimentos, o acompanhamento do desempenho de seu portfólio e a definição do momento apropriado para o desinvestimento. A Companhia é uma prestadora de serviços especializados, e não tem ativos significativos. A prestação de tais serviços depende da contratação e retenção de uma equipe de administradores e empregados de primeira linha, bem como de seu alinhamento de longo prazo com os resultados da Companhia. Se a Companhia não conseguir contratar, reter e alinhar administradores e empregados com os resultados da Companhia, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Tarpon relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações serão adversa e significativamente impactados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Um dos principais Fundos, o TAEF Fund, contém uma cláusula de “pessoa-chave” (*key-man event*) segundo a qual caso executivos chave não dediquem parcela substancial de seu tempo de trabalho ao fundo os seus investidores poderão resgatar antecipadamente o investimento e extinguir o fundo.

Além disso, a Companhia depende de outros membros da sua administração e de suas redes de relacionamento para desempenhar suas atividades. A perda de qualquer dessas pessoas pode causar um efeito adverso à Companhia. A Companhia acredita que poderá vir a ser necessário atrair e contratar profissionais qualificados do ramo de investimentos para implementar satisfatoriamente sua estratégia. Contudo, a Companhia pode não ter sucesso em recrutar novos talentos e em reter os atuais, uma vez que o mercado de profissionais qualificados nesta área é bastante competitivo. Esforços que visem a reter ou atrair profissionais podem, além disso, significar custos adicionais, que podem afetar adversamente a Companhia. Se a Companhia perder qualquer um de seus administradores ou gestores, existirá também o risco de resgates dos Fundos e de a Companhia não conseguir gerar novas oportunidades de negócios.

A perda destes profissionais teria um efeito adverso sobre os seus resultados, inclusive com relação à sua capacidade de atrair investidores e levantar novos Fundos e a performance dos Fundos. A Companhia não tem seguro de vida do qual poderia receber indenização no caso de morte ou incapacidade de quaisquer dessas “pessoas-chave”.

IV. As receitas e lucratividade da Companhia poderão variar, o que poderá dificultar o crescimento estável dos seus lucros a cada trimestre e provocar a volatilidade do preço de mercado das Ações.

Os Fundos experimentam considerável variação nas receitas e lucros durante o ano e de um ano para outro, devido a flutuações nos valores líquidos dos investimentos de bolsa, ao desempenho dos portfólios em relação aos respectivos parâmetros de desempenho (benchmarks). O recebimento (e o momento de recebimento) dos honorários relativos a taxas de performance que provêm dos investimentos de private equity dependem de eventos esporádicos e altamente variáveis, uma vez que dependem da realização desses investimentos. Não se pode prever se, ou quando, ocorrerá a realização dos investimentos de private equity.

A Companhia recebe honorários referentes a taxas de performance coletadas com base no desempenho dos Fundos. Por isso, se os valores de mercado de quaisquer das companhias dos portfólios que gerimos forem reduzidos nas datas de apuração, mesmo que apenas temporariamente, as receitas relacionadas a honorários relativos a taxas de performance que a Companhia receberá serão reduzidas.

Todos os Fundos estão sujeitos a *high water marks*, segundo os quais a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance por um determinado período, mesmo que o respectivo Fundo tenha obtido retornos positivos nesse período, se o fundo tiver incorrido perdas maiores em períodos anteriores. Portanto, se um fundo sofrer perdas em um período, a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance daquele fundo até que se ultrapasse a *high water mark* anterior. Essas flutuações das receitas e lucros da Companhia poderão levar a uma considerável volatilidade dos preços das Ações.

V. A má-conduta dos funcionários e a percepção insubstanciada de uma má conduta dos funcionários por parte dos quotistas poderá prejudicar a Companhia, reduzir a sua capacidade de atrair e manter a gestão dos Fundos e Carteiras e sujeitar a Companhia a considerável responsabilidade civil, a investigações dos órgãos reguladores e a danos significativos à sua reputação. Esse tipo de conduta é de difícil verificação e prevenção.

A Companhia é vulnerável à má percepção do mercado, uma vez que opera em um setor no qual a integridade e confiança dos clientes são cruciais. A boa reputação da Companhia é essencial à manutenção e ao desenvolvimento de relações com potenciais e atuais clientes e terceiros com os quais a Companhia realiza seus negócios. Nos últimos anos, testemunhou-se no mercado financeiro mundial uma série de casos de grande repercussão envolvendo fraudes, conflitos de interesse ou outras formas de má-conduta envolvendo profissionais. Os funcionários da Companhia podem incorrer em atividades de má-conduta (ou os quotistas poderiam supor que tais condutas ocorreram, mesmo sem provas) o que afetaria adversamente os negócios da Companhia. Se, por exemplo, um dos seus funcionários praticasse atividades ilícitas ou suspeitas, a Companhia poderia não só estar sujeita a sanções regulatórias, mas também ter sua reputação, situação financeira e relacionamento com os investidores/clientes seriamente abalados como conseqüência da correspondente percepção negativa, afetando a capacidade de atrair recursos para Fundos e Carteiras geridos pela Companhia. Nem sempre é possível impedir a má-conduta de um funcionário ou uma alegação infundada de má-conduta, visto que as medidas de prevenção implementadas pela Companhia poderão ser ineficazes. Eventual má-conduta dos funcionários da Companhia, ou mesmo a alegação infundada acerca desse fato, poderá impactar adversamente a sua reputação e os seus negócios.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

VI. Um fraco desempenho dos Fundos causaria uma queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia e afetaria adversamente a capacidade da Companhia de captar recursos para fundos ou carteiras futuras.

Os resultados operacionais da Companhia dependem do desempenho dos Fundos. Considerando que as receitas da Companhia estão relacionados com a gestão e desempenho dos Fundos, o fraco desempenho desses fundos resultará em redução dos honorários a que a Companhia faz jus e, conseqüentemente, das receitas, além de dificultar a manutenção ou atração de novos fundos ou carteiras e o crescimento dos negócios da Companhia. As receitas da Companhia estão relacionadas, sobretudo, a duas fontes: (i) honorário referentes a taxas de gestão, com base no volume de ativos dos Fundos; e (ii) honorários referentes a taxas de performance, obtidas com base no desempenho dos Fundos. Se qualquer desses Fundos tiver um fraco desempenho, as receitas e resultados operacionais da Companhia se reduzirão.

VII. A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro, que poderão ser obtidos através de aumento do capital social. A obtenção de recursos por esse meio poderá diluir a participação dos acionistas na Companhia.

A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro e pode não ser capaz de obter financiamento em termos atraentes para a Companhia. Caso a Companhia não consiga obter recursos adequados para atender às suas exigências de capital, poderá ser obrigada a aumentar o seu capital social. Além disso, a Companhia poderá optar por buscar recursos adicionais, caso acredite que tais recursos sejam obtidos em condições favoráveis. Captações adicionais podem ser obtidas por meio de aumentos de capital, que podem levar à diluição da participação dos acionistas da Companhia.

VIII. Os titulares de Ações podem não receber quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber um valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório.

O estatuto social da Companhia prevê que a Companhia deve pagar aos seus acionistas um percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado anual da Companhia, calculado e ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Porém, em determinadas circunstâncias, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou poderá distribuí-los em valor inferior ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Por exemplo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia pode recomendar o não pagamento de dividendos, caso acredite que o tal pagamento seja inconsistente com a situação financeira da companhia naquela data. Portanto, os titulares de Ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio nessas circunstâncias ou poderão receber dividendos em valores inferiores ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

b) Fatores de Risco relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

I. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses do investidor.

Os acionistas controladores da Companhia podem, dentre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, sujeitos a certas exceções, deliberar sobre qualquer assunto que exija a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, sociedades e o montante e período de pagamento de dividendos futuros. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia poderão diferir daqueles dos acionistas não controladores.

c) Fatores de Risco relacionados aos acionistas da Companhia

Não aplicável.

d) Fatores de Risco relacionados às controladas e coligadas da Companhia

Não aplicável.

e) Fatores de Risco relacionados aos fornecedores da Companhia

Não aplicável.

f) Fatores de Risco relacionados aos clientes da Companhia

4.1 - Descrição dos fatores de risco

I. Os investidores dos Fundos poderão resgatar seus investimentos a qualquer momento, o que poderá levar a uma redução das receitas da Companhia e afetá-la adversamente.

Os investidores de uma parte dos Fundos podem, de modo geral, resgatar seus investimentos de tais Fundos a cada mês ou a cada trimestre. Os investidores poderão decidir transferir seus recursos dos Fundos para outros investimentos por inúmeras razões, além de um desempenho insatisfatório dos Fundos. Entre os fatores que poderão resultar na saída de investidores dos Fundos, estão sua própria percepção sobre o ambiente de investimentos global e no Brasil, mudanças nas taxas de juros que tornem outros investimentos mais atraentes, alterações na percepção do investidor quanto ao foco do gestor, descontentamento com alterações ou ampliações da estratégia de investimentos do Fundo e perdas ou alteração das responsabilidades de profissionais-chave na área de investimentos. Num mercado financeiro em queda, o ritmo dos resgates e a conseqüente redução dos ativos sob gestão da Companhia poderá se acelerar significativamente. Por exemplo, de modo geral, o volume de resgates resultante da atual crise nos mercados financeiros mundiais aumentou significativamente, o que fez com que alguns fundos sob gestão de terceiros proibissem resgates ou fossem liquidados. A redução das receitas da Companhia que resultaria de resgates significativos dos Fundos teria um efeito adverso sobre as receitas da Companhia. Além disso, a Companhia pode ser prejudicada por perdas dos negócios com seus principais clientes e investidores.

II. Grande parte das receitas da Companhia provém dos contratos relacionados com a gestão dos Fundos, que poderão ser rescindidos antecipadamente.

Os termos dos contratos que regem os Fundos normalmente conferem aos investidores o direito de terminar o relacionamento da Companhia com esses Fundos, em circunstâncias específicas. Se os contratos de gestão forem rescindidos antecipadamente, a Companhia será afetada adversamente.

De acordo com os Contratos de Prestação de Serviços, a Companhia receberá honorários em contraprestação por seus serviços. Os Contratos de Prestação de Serviços têm prazo de 30 anos. Além disso, os documentos constitutivos do TAEF Fund e do TF Fund geralmente concedem aos investidores o direito de destituir seus respectivos Managing Members em diversas circunstâncias. Na hipótese de destituição de um Managing Member, a Companhia não terá mais o poder de gerir o respectivo fundo e perderá o direito de receber os honorários de serviços devidos. Para maiores informações a respeito dos Contratos de Prestação de Serviços, ver item 16.

g) Fatores de Risco relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

I. O setor de gestão de recursos é altamente competitivo.

O porte e o número dos fundos de ações e fundos de private equity vêm crescendo há vários anos, tanto no Brasil quanto no exterior. Se esta tendência se mantiver, é possível que seja cada vez mais difícil para os Fundos captarem recursos. Acima de tudo, a alocação de volumes cada vez maiores de capital em estratégias de investimentos alternativas, por investidores institucionais e individuais, poderá levar a uma redução das oportunidades de investimento lucrativas, devido, dentre outros fatores, à elevação dos preços dos investimentos ou a uma maior dificuldade de obtenção dos retornos desejados. Além disso, se as taxas de juros aumentarem, a atratividade dos Fundos em comparação com investimentos em outros produtos poderá diminuir.

A concorrência por alocação de recursos de investidores depende de diversos fatores, entre os quais:

- (i) o desempenho do investimento;
- (ii) a percepção do investidor quanto aos esforços, ao foco e ao alinhamento de interesses dos gestores do investimento;
- (iii) a qualidade dos serviços prestados aos investidores e a duração do relacionamento com eles;
- (iv) a reputação no mercado; e
- (v) o valor das dos honorários relativos às taxas cobradas pelos serviços.

A Companhia compete em todos os aspectos do setor de gestão de recursos com um grande número de gestores de recursos e fundos de private equity, hedge funds e outras instituições financeiras. Alguns desses concorrentes possuem melhor reputação e maior acesso ao capital. Além disso, alguns fatores contribuem para elevar os riscos competitivos da Companhia:

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- (i) os investidores poderão demonstrar preocupação de que a Companhia poderia priorizar o crescimento de um negócio em detrimento de seu desempenho;
- (ii) são relativamente poucas as barreiras à entrada de novos gestores de recursos e fundos de private equity e hedge funds no mercado, e os esforços bem-sucedidos dos novos participantes nas diversas linhas de atuação da Companhia – como ex-gestores de carteira de destaque vindos de instituições financeiras diversificadas e de grande porte (bem como essas próprias instituições) ou companhias estrangeiras tradicionalmente não voltadas ao Brasil ou à América Latina – continuarão resultando em maior concorrência;
- (iii) outros participantes do setor poderão tentar recrutar os melhores e mais destacados profissionais de investimento da Companhia;
- (iv) o número de oportunidades de investimento no mercado acionários brasileiro é relativamente pequeno comparado a outros mercados desenvolvidos. Isso pode resultar em concorrência por oportunidades e correlação com portfólios de nossos concorrentes.

Esses e outros fatores poderão afetar adversamente a Companhia. Além disso, se a Companhia for obrigada a competir por investidores com outros gestores alternativos de investimentos em termos de preço, a Companhia pode não ser capaz de manter suas estruturas atuais de honorários relacionados aos honorários relativos a taxas de gestão e performance. Há um risco de redução das taxas do setor de gestão de investimentos, independente do desempenho histórico do gestor. O ambiente de mercado competitivo poderá elevar a pressão sobre as taxas que a Companhia pode cobrar de seus investidores. Uma redução das taxas dos fundos existentes ou futuros, sem reduções correspondentes na estrutura de custos da Companhia, poderá afetar a Companhia de modo adverso.

Em virtude da crise econômica de 2008, diversos hedge funds foram adversamente afetados pelo alto volume de resgates. Alguns desses fundos foram obrigados a proibir resgates e, em casos extremos, foram liquidados. Todos esses fatores poderão afetar a confiança dos investidores, desta forma, possibilitando que tais investidores retirem seu capital dos fundos de private equity, o que poderá afetar a Companhia de modo adverso.

II. Como gestora dos Fundos, a Companhia estará sujeita ao risco de litígios judiciais com terceiros, o que poderá resultar em perdas consideráveis e em danos à sua reputação, que poderão afetar adversamente a Companhia.

De modo geral, a Companhia está exposta ao risco de litígios judiciais com seus clientes se for alegado que a Companhia violou o regulamento dos Fundos, por ter agido de forma dolosa ou com culpa grave ainda que de maneira infundada. Os investidores poderão acionar a Companhia para recuperar os valores perdidos pelos Fundos em razão de alegada má-conduta, até o limite do valor total das perdas. Os litígios judiciais envolvendo o setor de serviços financeiros são cada vez mais frequentes, e qualquer litígio suscitado no futuro poderá afetar adversamente a Companhia. Investidores têm a sua própria percepção quanto às condutas, e não Companhia não tem controle sobre tal percepção. A título de exemplo, a Companhia, os Fundos e alguns dos funcionários da Companhia estão expostos ao risco de litígio relativos às atividades de investimento nos Fundos e às medidas tomadas pelos diretores e membros dos conselhos de administração das companhias de sua carteira (na medida em que a Companhia tiver indicado tais pessoas), como o risco de ações movidas por outros acionistas das companhias de capital aberto em que os Fundos têm investimentos significativos. Em tais litígios, a Companhia seria obrigada a suportar as despesas judiciais, as despesas de acordo e outras, o que poderia superar o valor da cobertura de seguro disponível. Se a Companhia for obrigada a arcar total ou parcialmente com as despesas de ações judiciais ou de investigações em decorrência de insuficiência de seguro ou do insucesso em obter indenização dos Fundos, a Companhia poderá ser afetada adversamente. A existência de qualquer litígio, mesmo que defendido com sucesso, pode prejudicar os negócios e impedir a entrada de novos investidores ou resultar em resgates significativos nos Fundos.

III. Uma flutuação nos mercados de ações poderá resultar em redução do valor dos ativos geridos pela Companhia.

Flutuações nos mercados de ações, e particularmente na BM&FBOVESPA, poderão resultar em redução dos preços das ações e do valor dos ativos que se encontram sob gestão da Companhia. Essas reduções ou volatilidade do valor dos ativos poderão, se ocorrerem, afetar adversamente a Companhia, inclusive pela redução dos honorários relacionados a taxas de gestão e taxas de performance, as quais se baseiam, respectivamente, nos ativos líquidos e no desempenho dos Fundos, de modo que uma queda do valor dos ativos sob gestão da Companhia e/ou uma redução, por qualquer motivo, dos honorários devidos poderão afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

IV. Os Fundos investem principalmente em ações de companhias brasileiras, o que poderá envolver incertezas e riscos cambiais, políticos, sociais e econômicos.

Os Fundos atualmente investem a maior parte dos seus ativos em ações de companhias brasileiras. Além das incertezas comerciais, esses investimentos poderão ser afetados por mudanças cambiais, bem como por incertezas políticas, sociais ou econômicas que afetarem um país ou região. O mercado financeiro brasileiro pode apresentar liquidez e alta volatilidade dos preços.

V. Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral.

Por sua própria natureza, os negócios da Companhia não produzem resultados financeiros previsíveis. Embora a Companhia tenha obtido um crescimento dos seus ativos sob gestão, refletindo uma conjuntura comercial e de investimentos favoráveis e um aumento da atividade dos mercados de capitais, uma mudança adversa dessas condições de mercado poderá afetar adversamente a Companhia e, portanto, as Ações.

Os negócios da Companhia são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral e essas condições podem mudar de forma repentina e radical. A Companhia e, portanto, as Ações, já foram afetadas adversamente, e poderão ser afetadas adversamente no futuro, por condições econômicas e de mercado desfavoráveis ou incertas, as quais podem ser causadas pela eclosão de conflitos armados ou outros fatores de instabilidade geopolítica, pela queda da confiança dos empresários, pelo aumento da inflação, por escândalos empresariais, políticos ou outros escândalos que reduzam a confiança dos investidores nos mercados de capitais, por desastres naturais ou pandemias ou por uma combinação desses ou de outros fatores.

VI. Os Fundos poderão ser afetados adversamente, por diversos fatores, incluindo condições adversas de mercado, dentre elas, a redução do valor ou do desempenho dos investimentos feitos por esses Fundos e a redução da capacidade dos Fundos de captar ou alocar recursos, o que poderá reduzir consideravelmente as receitas e resultados operacionais da Companhia.

Se as condições econômicas forem desfavoráveis, os Fundos poderão não apresentar bom desempenho e a Companhia poderá não ser capaz de captar recursos para os Fundos e Carteiras Administradas existentes ou futuros. Os Fundos são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros do Brasil e do mundo e pelas condições da economia brasileira e global. Além disso, os Fundos estão sujeitos também aos riscos associados aos mercados emergentes. Os mercados e as circunstâncias econômicas do Brasil e/ou do mundo poderão se deteriorar em razão de vários fatores alheios ao controle da Companhia, como alta das taxas de juros ou de inflação, terrorismo ou incertezas políticas. Além disso, condições de mercado ou econômicas adversas, bem como uma retração nas atividades do setor específico em que operam as sociedades investidas desses Fundos, poderão ter um efeito negativo sobre os lucros de tais sociedades. A Companhia também poderá enfrentar uma redução das oportunidades de vender os investimentos de private equity dos Fundos e de obter o respectivo valor, além de falta de oportunidades adequadas de investimentos para os Fundos, o que poderá ter um efeito negativo sobre os lucros da Companhia. Uma retração geral do mercado ou deslocamento de um mercado específico poderá provocar queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia causando: uma redução dos ativos líquidos sob gestão, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de gestão; uma redução dos retornos dos investimentos, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de performance e ainda, poderá resultar em resgates pelos investidores.

h) Fatores de Risco relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua

I. Alterações na regulamentação do setor de gestão de recursos podem impactar adversamente os negócios da Companhia.

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A CVM é responsável pela edição de novas normas, bem como pela fiscalização do setor de gestão de recursos no Brasil. O mercado de gestão de recursos é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing. A Companhia não tem como prever se futuras alterações na regulamentação pela CVM e/ou pela ANBIMA terão um efeito material adverso no seu negócio. Além disso, crises no mercado e o drástico aumento do capital alocado para estratégias alternativas de investimento durante os últimos anos resultaram em uma maior fiscalização governamental e auto-regulamentação do setor de gestão de investimentos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, as perturbações do mercado e do aumento dramático do capital alocado para estratégias de investimento alternativo durante os últimos anos têm levado o controle governamental, bem como o controle de auto-regulação da indústria de fundos nos Estados Unidos. Determinada legislação propõe uma maior regulação da indústria é considerada pelo Congresso dos EUA. Qualquer regulamentação nesse sentido poderia ter um impacto material adverso sobre os Fundos e a Companhia.

II. Mudanças na legislação tributária brasileira poderão afetar adversamente o tratamento fiscal favorável dos Fundos.

Os Fundos e Carteiras Administradas estrangeiros podem deter, direta ou indiretamente, os investimentos em companhias abertas brasileiras por meio do mecanismo de investimento estrangeiro, estabelecido através da Resolução CMN 2.689. Os ganhos de capital, oriundos da venda desses investimentos por esses Fundos estrangeiros estão atualmente isentos de retenção de imposto de renda no Brasil, desde que as vendas ocorram na BM&FBOVESPA e que o beneficiário não esteja localizado em paraíso fiscal. A Companhia não pode garantir que essa isenção será mantida. Caso os Fundos estrangeiros tenham que pagar imposto de renda retido na fonte sobre a alienação de investimentos detidos pelos Fundos estrangeiros no Brasil a rentabilidade líquida de tais Fundos poderá ser afetada.

Além disso, o governo brasileiro pode aumentar as taxas existentes ou impor novos impostos aplicáveis aos Fundos. Por exemplo, em outubro de 2009, o Governo Federal aumentou de zero para 2% (dois por cento) a alíquota do IOF aplicável à liquidação de operações de câmbio para o ingresso de recursos para investimentos na BM&FBOVESPA. Além disso, em outubro de 2010, o Governo Federal aumentou de zero para 6% (seis por cento) a alíquota do IOF aplicável aos fluxos de investimentos em certos títulos de renda fixa.

i) Fatores de Risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos mencionados riscos na seção 4.1., sujeito às ressalvas ali mencionadas sobre o aumento dos riscos nas hipóteses de queda do valor dos investimentos dos Fundos e das receitas auferidas pela Companhia relacionados com a administração e a gestão dos Fundos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Nesta data, a Companhia ou suas controladas não estão envolvidas em qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que seja relevante.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia e suas subsidiárias não estão envolvidas em outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

I. As condições políticas e econômicas brasileiras poderiam afetar adversamente a Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças nas políticas ou regulamentação brasileiras, sejam elas implementadas a nível federal, estadual ou municipal, envolvendo tarifas públicas e controle cambial, bem como outros fatores como inflação, taxas de juros, liquidez dos mercados financeiros e de valores mobiliários brasileiros, política fiscal e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil.

A economia brasileira é caracterizada por freqüentes e ocasionais intervenções extensivas do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal freqüentemente altera as políticas monetárias, fiscais, de crédito, tarifárias e outras políticas para controlar o curso da economia do país. Por exemplo, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, freqüentemente implicam no controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, imposição de controles cambiais e limitação às importações. A Companhia não tem controle sobre, e não pode prever, quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá ser adversamente afetada pelos seguintes fatores, dentre outros:

- (i) inflação;
- (ii) variações na taxa de câmbio;
- (iii) controles cambiais (inclusive restrições sobre a remessa de dividendos);
- (iv) taxas de juros;
- (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (vi) expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- (vii) instabilidade dos preços;
- (viii) níveis de renda e emprego;
- (ix) políticas fiscais;
- (x) instabilidade social e política; e
- (xi) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou o afetem.

A incerteza sobre a implementação pelo Governo Federal de alterações relevantes e eficazes nas políticas ou regulamentações em relação a esses ou outros fatores no futuro, e os acontecimentos resultantes de crises políticas poderão contribuir para a incerteza em relação à economia brasileira e a alta volatilidade do mercado brasileiro de ações e das ações emitidas pelas companhias brasileiras no exterior. Essas incertezas, alterações e crises políticas poderão afetar adversamente os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de gerar caixa.

II. A instabilidade cambial pode afetar adversamente a Companhia.

A moeda brasileira sofreu desvalorização periódica durante as quatro últimas décadas. Ao longo desse período, o governo brasileiro implementou vários planos econômicos e utilizou uma série de políticas cambiais, inclusive desvalorizações repentinas, mini desvalorizações periódicas, durante as quais a freqüência dos ajustes variou entre diária e mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles cambiais e duplo mercado de câmbio. Periodicamente, houve flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. A

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Companhia não pode garantir que a taxa de câmbio entre o dólar e o real seja mantida no nível atual.

A desvalorização do real em relação ao dólar pode resultar em menor acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar intervenção do governo, inclusive políticas governamentais recessivas. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil e da balança de pagamentos. Qualquer item acima poderia afetar adversamente a Companhia.

III. Aumentos nas taxas de juros podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

As altas taxas de juros tiveram no passado efeitos negativos sobre a economia brasileira e podem afetar os negócios da Companhia. A taxa básica de juros do Brasil, conforme determinada pelo Banco Central, foi mantida a níveis constantemente elevados nos últimos anos. Os aumentos das taxas de juros podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

IV. A inflação e as medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

O Brasil vivenciou altas taxas de inflação no passado. Certas medidas adotadas pelo governo brasileiro para combater a inflação tiveram efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação freqüentemente incluíram a manutenção de uma rígida política monetária com altas taxas de juros, o que por sua vez restringe a disponibilidade de crédito e reduz o crescimento econômico. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de combatê-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, e contribuíram de maneira significativa para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, o que poderá ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Caso o Brasil apresente altos índices de inflação no futuro, os custos e despesas da Companhia poderão aumentar, o que poderá reduzir as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Pressões inflacionárias também podem levar a uma maior intervenção do governo brasileiro na economia, inclusive a adoção de políticas que afetam adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo, e conseqüentemente, os negócios da Companhia.

V. Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países podem ter um impacto adverso sobre o mercado de valores mobiliários brasileiros, inclusive as Ações.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. Embora as condições econômicas possam diferir em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar à volatilidade dos mercados de capitais de outros países. Por exemplo, as condições econômicas desfavoráveis em outros mercados emergentes podem resultar em uma considerável saída de recursos do Brasil, o que ocorreu, por exemplo, durante as crises econômicas no Sudeste Asiático, na Rússia, e na Argentina. A economia brasileira é também afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente os acontecimentos nos Estados Unidos, tais como a atual volatilidade nos mercados financeiros e de capitais e a crise financeira. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Por exemplo, a atual crise econômica mundial que teve início nos Estados Unidos e reduziu de maneira significativa os preços das ações na BM&FBOVESPA. Em 2008, a capitalização de mercado da BM&FBOVESPA diminuiu de R\$2,5 trilhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$1,4 trilhão em 31 de dezembro de 2008. Esses fatores podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado das Ações e poderá dificultar o acesso ao mercado de valores mobiliários e ao financiamento de suas atividades no

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

futuro, em termos aceitáveis, ou podem impedir que a Companhia receba algum tipo de financiamento.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Risco, o qual realiza análise de riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados operacionais de forma adversa.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/07/2002
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade por ações em dezembro de 2003.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/05/2009

6.3 - Breve histórico

A Companhia é uma gestora de recursos alternativos por meio dos Fundos e o portfólio dos Fundos é concentrado em investimentos de bolsa e investimentos de private equity. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 6,0 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de serviços relacionados à gestão de Fundos, a Companhia é remunerada por meio de receitas oriundas de honorários de serviços referentes a taxas de gestão, com base no volume financeiro dos Fundos e honorários relacionados com taxas de performance, em função da rentabilidade dos Fundos.

A Companhia oferece flexibilidade de investimento que combina investimentos em bolsa e private equity no Brasil ou, em menor grau, a possibilidade de realizar investimentos em outros países latino-americanos. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades, o que (a) permite à Companhia dedicar tempo e recursos significativos na análise e acompanhamento das sociedades do portfólio, e (b) aumenta a capacidade de interação com os acionistas controladores e administradores e participação, se necessário, na governança das sociedades visando à proteção do investimento da Companhia, de acordo com a legislação aplicável;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Reestruturação organização do controle da Companhia

a. Evento

Reestruturação societária da TIG Holding Ltd ("TIG"), abertura de capital a organização do controle da Companhia

b. Principais condições do negócio

Em 10 de março de 2009, as atividades de gestão de recursos de terceiros e de investimentos proprietários da TIG, até então detentora de 100% das ações da Companhia, foram segregadas, de forma que a Companhia passou a conduzir atividades relacionadas com a gestão de todos os Fundos. Em 21 de maio de 2009, a Companhia abriu seu capital e as Ações passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As Ações da Companhia que forem entregues pela TIG aos seus acionistas controladores foram aportadas na Silver King Participações Ltda. e as ações entregues aos demais acionistas são negociadas na BM&FBOVESPA.

c. Sociedades Envolvidas:

TH Ltd., TIG, Companhia e Silver King.

d. Efeitos Resultantes no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia:

Como resultado das operações descritas acima, a Companhia deixou de ser uma subsidiária integral, teve suas ações admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e seu controle passou a ser exercido pela Silver King.

(i) Quadro societário antes da operação

Acionista	Ações	%
TIG Holding Ltd.	114.560	100%
TH Ltd	1	0%

(ii) Quadro societário após a operação

Acionista	Ações	% do capital social
Silver King Participações Ltda.	21.000.000	46,9%
Passport M F S L F O B P G	4.275.900	9,5
EP Tisdale LLC/Eton Park Fund LP	3.089.300	6,9
UBS AG London Branch	2.838.000	6,3
Tarpon Cash	2.837.900	6,3
Outros	7.132.900	15,9
Tesouraria	3.580.348	8,0

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Não aplicável

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Fundada em 2002, a Companhia é uma gestora brasileira independente, dedicada a investimentos em *public e private-equity* com foco em valor.

A Companhia tem como estratégia perseguir oportunidades de investimento pouco normalmente não acompanhadas pelo mercado, cujos preços estejam abaixo de seu valor intrínseco e com potencial significativo de valorização no longo prazo.

A Companhia busca ter um papel ativo em cada uma das companhias investidas, buscando compartilhar conhecimento em áreas como alocação de capital, estratégia empresarial, governança corporativa, entre outras.

O objetivo da Companhia é gerar resultados absolutos descorrelacionados (*alpha*) acima da média de mercado no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía aproximadamente R\$6,0 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de seu serviço de gestão de recursos, a Companhia recebe honorários relacionados a taxas de gestão com base no volume financeiro dos Fundos e honorários relacionados a taxas de performance em função da rentabilidade dos Fundos.

Os Fundos realizam investimentos de bolsa e investimentos de *private equity* no Brasil e, em menor grau, a possibilidade de realizar investimentos em outros países latino-americanos. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia faz a gestão de fundos e carteiras administradas que seguem três estratégias de investimento distintas:

- (i) Estratégia de investimento de bolsa (long-only): estratégia que compreende os fundos e contas segregadas que investem em companhias abertas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA. Tal estratégia é adotada pelo Fundo Tarpon, denominado em reais, voltado para investidores qualificados brasileiros, e pelo TF Fund, denominado em dólares norte americanos, voltado para investidores qualificados estrangeiros.
- (ii) Estratégia de investimento híbrida: estratégia realizada pelo TAEF Fund, fundo voltado para investidores qualificados estrangeiros. Tal estratégia consiste em investimentos tanto em empresas listadas tanto em bolsa quanto em private-equity, no Brasil ou em outros países da América do Sul.
- (iii) Estratégia de co-investimentos: a estratégia de co-investimentos é realizada pelo TSOFF, fundo voltado para investidores qualificados estrangeiros. O fundo foi criado em janeiro/2010 e tem por objetivo investir em conjunto com os outros fundos e carteiras segregadas sob a gestão da Companhia, tanto nas estratégias de Bolsa quanto de private-equity.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As receitas auferidas pela Companhia são exclusivamente relacionadas à prestação dos serviços de gestão dos Fundos. Pelo referido serviço, são cobrados honorários relacionados a taxas de administração e de performance.

Receita com honorários relacionados a taxas de administração: remuneração que incide sobre o montante de ativos dos Fundos. Tal taxa é cobrada dos quotistas em base mensal ou trimestral.

Honorários relacionados a taxas de performance: remuneração relacionada a performance do fundo quando supera-se um determinado parâmetro ou objetivo de rentabilidade (*hurdle rate*). Cada vez que essa meta é ultrapassada, coleta-se taxa de performance sobre o excedente. É cobrada em datas e periodicidades distintas, dependendo do fundo em questão.

Participação dos honorários relacionados taxas de administração e performance na receita líquida	2008	2009	2010
Receita com honorários relacionados a taxas de administração	47%	69%	25%
Receita com honorários relacionados a taxas de <i>performance</i>	53%	31%	75%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão dos Fundos e Carteiras Administradas) e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) Características do processo de produção

O processo de investimento é liderado pela equipe interna da Companhia, freqüentemente em conjunto com assessores em questões legais, contábeis e outros assessores externos que forem necessários. O processo, em geral, é composto de quatro principais fases: análise de oportunidades, tese de investimento, aprovação do investimento e monitoramento.

Fase Um – Análise de Oportunidades. Na fase inicial do seu processo de investimento, em geral, a Companhia realiza avaliação de cada oportunidade de investimento, que é focada no valor intrínseco de cada ativo. Após uma empresa ser selecionada, uma análise econômico-financeira preliminar é conduzida.

Fase Dois – Tese de Investimento. A segunda etapa do processo de investimento da Companhia é a preparação de uma tese de investimento. Nessa fase, em geral, a Companhia realiza uma ampla revisão de seu mercado e setor, uma análise de suas vantagens competitivas, uma avaliação de sua atual administração juntamente com potenciais fontes de nova liderança, uma revisão das demonstrações financeiras, uma revisão técnica das atividades da empresa, quando apropriado. Para os investimentos de *private equity* dos Fundos, a Companhia também realiza auditoria.

Fase Três – Aprovação do Investimento. A etapa final do processo de investimento da Companhia é a aprovação do investimento, onde a equipe que elaborou a tese de investimento a apresenta para o seu comitê de investimento. Toda a equipe de gestão da Companhia participa da apresentação e do debate que o analista promove quando os novos investimentos são propostos.

Fase Quatro – Monitoramento. Uma vez realizado o investimento a Companhia passa a acompanhar os investimentos.

b) Características do processo de distribuição

A Companhia mantém o foco principalmente em investidores institucionais sofisticados, como fundos de universidades (endowments), fundações e fundos de pensão.

c) Características do mercado de atuação

(i) Participação no mercado de atuação

O setor de gestão de recursos no Brasil é altamente pulverizado. A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos.

(ii) Competição no mercado de gestão de recursos

A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos que, em alguns casos, têm valores muito maiores de ativos sob gestão ou oferecem uma variedade mais diversificada de produtos financeiros. Em alguns casos, a Companhia espera buscar oportunidades de investimento em cooperação com um ou mais de seus concorrentes.

(iii) Sazonalidade

A coleta de receitas relacionadas com taxas de performance pode apresentar variações em função das datas distintas de aniversário de coleta de performance dos Fundos.

(iv) Principais insumos e matérias primas

Não aplicável.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

No exercício social de 2010, determinado cliente pagou o equivalente a R\$10,0 milhões pelos serviços prestados pela Companhia, montante superior a 10% da receita líquida total da Companhia no respectivo exercício.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) Necessidade de autorização governamental para o exercício das atividades da Companhia e relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A Companhia é registrada perante a CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras.

O mercado de gestão de recursos também é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, esta não apresenta política ambiental, tampouco incorreu em custos relacionados ao cumprimento da regulação ambiental.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia depositou perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial o pedido de registro das marcas "Tarpon Investimentos", "TISA", "Tarpon All Equities" "Tarpon Capital", "Tarpon Asset Management" e "Tarpon Internet". A Companhia também solicitou o registro de certos domínios, tais como "tarponinvestimentos.com.br", "tarponinvest.com.br", "tisa.com.br", "tarponinvestimentos.com", dentre outros.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) Receita proveniente dos clientes atribuída ao país de sede da Companhia e sua participação na receita líquida

Em 2008, 2009 e 2010, a totalidade das receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil, país de sua sede.

b) Receita proveniente dos clientes atribuída a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida

Não aplicável.

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida

Não aplicável.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Atualmente, a Companhia não está sujeita a registro junto a órgãos estrangeiros para o exercício de suas atividades.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não aplicável.

7.9 - Outras informações relevantes

Não aplicável

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

A Companhia é controlada pela Silver King Participações Ltda., sociedade holding constituída especificamente para participar no capital social da Companhia. Os cotistas da Silver King são José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria, Eduardo Silveira Mufarej, Fernando Shayer e Marcelo Guimarães Lopo Lima.

b) Controladas e coligadas

Não aplicável.

c) Participação em sociedades do grupo

Não aplicável.

d) Participações de sociedades do grupo no emissor;

Não aplicável.

e) Sociedades sob controle comum

A TIG Holding Ltd., controladora da Companhia anteriormente à Reestruturação, é controlada pelos Srs. José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria e Eduardo Silveira Mufarej, cotistas da Silver King Participações Ltda., sociedade controladora da Companhia.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Item de apresentação facultativo.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	10/03/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reestruturação
Descrição da operação	<p>Em 10 de março de 2009, a Companhia deixou de ser uma subsidiária da TIG, resultando na segregação das atividades de gestão de recursos de terceiros e de investimento de capital proprietário. A Companhia passou a conduzir atividades relacionadas com a gestão de todos os fundos e veículos de investimentos anteriormente sob gestão da TIG. Em 21 de maio de 2009, a Companhia abriu seu capital e as ações passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As ações da Companhia que foram entregues pela TIG aos seus acionistas controladores foram aportadas na Silver King Participações Ltda.</p>

8.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionados a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

b) Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia registradas em seu ativo.

c) Sociedades na qual a Companhia tem participação

A Companhia detém 50% de participação, direta e indiretamente, na Tarpon BR S.A. e 50% de participação na Tarpon BR Participações Ltda. Tais sociedades estão em processo de encerramento.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

9.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

Considerando que a Companhia investe a maior parte dos ativos sob gestão dos fundos e carteiras geridos pela Companhia ("Fundos Tarpon") em valores mobiliários de companhias brasileiras e instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, particularmente, inflação, taxas de juros, políticas governamentais, variações cambiais e políticas tributárias.

O ano de 2008 ficou marcado pela mais severa crise financeira dos últimos setenta anos, com uma volatilidade financeira sem precedentes e desestabilização do sistema bancário de diversos países, restrições de crédito e redução de fluxos de capitais internacionais. Mesmo diante do contexto internacional desfavorável, o PIB brasileiro aumentou 5,1% em 2008. No mesmo exercício, o real valorizou-se em 31,9% em relação ao dólar norte-americano. A taxa de juros aumentou de 11,25% em dezembro de 2007 para 13,75% em dezembro de 2008.

Em 2008, a receita operacional bruta da Companhia atingiu R\$6,4 milhões e a Companhia teve prejuízo de R\$7,5 milhões.

Em 2009, algumas economias apresentaram sinais de recuperação mais consistentes, como o caso do Brasil, onde o consumo das famílias, principal componente do PIB, registrou desaceleração, mas não seguiu o padrão histórico de recuo em momentos de grandes turbulências. Em 2009, o real teve valorização de 25,5% em relação ao dólar norte-americano. A taxa de juros partiu de 13,75% em dezembro de 2008 para 8,75% em dezembro de 2009.

Em 2009, a receita operacional bruta da Companhia atingiram R\$42,8 milhões e o lucro líquido atingiu R\$16,0 milhões.

Em 2010, houve um aumento significativo do montante de recursos estrangeiros buscando rentabilidade nos mercados emergentes, sendo o Brasil um dos principais beneficiados por esse fluxo de investimentos.

Em 2010, a receita operacional bruta da Companhia atingiram R\$217,1 milhões e o lucro líquido atingiu R\$139,0 milhões.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i) hipóteses de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor do resgate;

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Nos últimos três exercícios sociais (2008, 2009 e 2010), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

A Companhia não pretende efetuar o resgate das ações.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Considerando o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2010, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (a) pagamento dos custos operacionais, incluindo remuneração; e (b) pagamento de dividendos aos acionistas. As principais fontes de liquidez compreendem principalmente honorários de serviços, referentes às taxas de administração e performance dos Fundos Tarpon.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário; g) limites de utilização dos financiamentos já contratados; e

Nos últimos três exercícios sociais (2008, 2009 e 2010), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Ativo

Ativo não circulante: Em 31 de dezembro de 2010, a conta totalizou R\$ 1,4 milhão, um incremento de 180,8% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, principalmente em razão dos investimentos em infraestrutura realizados pela Companhia em decorrência da alteração de sua sede social. Em 31 de dezembro de 2009, a conta de ativo não circulante totalizou R\$0,5 milhão, um incremento de 64,8% em relação a 31 de dezembro de 2008, principalmente em razão do aumento do resultado da Paraná Consultoria S.A., então subsidiária da Companhia ("Paraná Consultoria"). Essa conta permaneceu estável durante 2008 e 2007, totalizando R\$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2008 e 2007. Em 6 de maio de 2010, a Companhia deixou de ter participação na Paraná Consultoria, deixando de ser tratada com uma investida contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

Contas a receber: Em 31 de dezembro de 2010, a conta totalizou R\$ 21,3 milhões, um incremento de 113,1% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, gerado principalmente pelo maior recolhimento de receitas no período (aumento de ativos sobre gestão e maior recolhimento de taxas de administração e performance dos Fundos Tarpon). Em 31 de dezembro de 2009, a conta totalizou R\$ 10,0 milhões, com um incremento substancial em relação ao saldo de R\$ 0,6 milhão de 31 de dezembro de 2008, gerado pelo maior montante de honorários relacionados a taxas de administração e performance e aumento da base de ativos sob gestão da Companhia em cada período saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2008 manteve-se estável comparado aos R\$0,5 milhão de 31 de dezembro de 2007.

Ativos financeiros a valor de mercado: Em 31 de dezembro de 2010, o volume de ativos financeiros a valor de mercado sofreu atingiu 45,2 milhões, um incremento de 202,3% em relação ao volume de 14,9 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, gerado principalmente pelo maior volume de honorários relacionados às taxas de administração e performance dos Fundos Tarpon. Em 31 de dezembro de 2009, a conta de ativos financeiros a valor de mercado totalizou R\$ 14,9 milhões, um incremento de 124,2% em relação ao saldo de R\$ 6,7 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento é resultante da realização de contas a receber, cujos valores foram aplicados em ativos financeiros e ganhos com investimento no Tarpon Valor Fundo de Investimento em Ações ("Fundo Tarpon Valor"). Em 31 de dezembro de 2008, o volume de ativos financeiros a valor de mercado era de R\$6,6 milhões, representando um decréscimo de 54,9% em relação ao volume de R\$14,8 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2007.

Disponibilidades: Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta totalizou R\$ 294 mil. Assim como anos anteriores, as disponibilidades são mantidas apenas para cumprimento de obrigações de curto prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009, a conta de disponibilidades totalizou R\$42 mil, mantendo-se estável comparado aos períodos anteriores (2008 e 2007).

Outros ativos: Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta totalizou R\$ 1,5 milhão, um aumento de 182,6% quando comparado com o saldo de R\$ 0,5 milhão apresentado em 31 de dezembro de 2009, principalmente em razão do aumento do montante de impostos a recuperar no período. Em 31 de dezembro de 2009 a conta de outros ativos totalizou R\$0,5 milhão, com redução de 52,5% quando comparado com o saldo de R\$ 1,1 milhão apresentado em 31 de dezembro de 2008, em razão do efetivo recebimento do dividendo declarado pela Paraná Consultoria neste ano. Em 31 de dezembro de 2008, conta de outros ativos sofreu um aumento em relação aos R\$0,2 milhão apresentados em 31 de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dezembro de 2007, principalmente em razão da constituição de provisão dos dividendos no exercício de 2008 pela Paraná Consultoria.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo não circulante. A Companhia não tinha passivo não circulante em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010.

Obrigações tributárias. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$ 6,4 milhões, um incremento de 159% em relação ao saldo de R\$ 2,5 milhões apresentado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência do aumento da receita da Companhia neste período. Em 31 de dezembro de 2009, as obrigações tributárias totalizaram R\$2,5 milhões, um aumento em relação ao saldo de R\$0,2 milhão apresentado em 31 de dezembro de 2008, gerado pelo maior montante de honorários relacionados a taxa de administração e performance e aumento dos ativos sob gestão da Companhia neste período. Em 31 de dezembro de 2008, a conta de obrigações tributárias totalizou R\$0,2 milhão, montante estável em relação ao montante de R\$ 0,3 milhão registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2010, a conta outras obrigações totalizou R\$45,3 milhões, um aumento substancial quando comparado com o saldo de R\$ 7,7 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, principalmente pelo provisionamento dos dividendos do exercício de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, a conta outras obrigações aumentou 300,6% quando comparado ao saldo de R\$ 1,9 milhão apresentado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, igualmente afetado pelo provisionamento dos dividendos referente ao exercício de 2009. O saldo da conta outras obrigações em 31 de dezembro de 2008 foi superior em 25,3% quando comparado do saldo de R\$ 1,5 milhão apresentado em 31 de dezembro de 2007, principalmente pelo provisionamento de dividendos antecipados da Paraná Consultoria.

Capital social. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$ 4,2 milhões, um aumento de 4,4% quando comparado ao capital social de R\$ 4,0 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência do aumento de capital no montante de R\$0,2 milhão realizado em decorrência do exercício de opção de compra de ações da Companhia. Quando comparado ao capital social de R\$ 0,1 milhão em 2008, a conta de capital social aumentou, em decorrência do aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$3,9 milhões, mediante utilização de valor registrado na reserva de lucros da Companhia naquela data. Não houve alteração da conta de capital social entre os períodos de 2008 e 2007.

Reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2010, a conta de reserva de capital totalizou R\$2,1 milhões, um aumento de 4,11% quando comparado ao saldo de R\$2,0 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, aumento este decorrente do exercício de opção de compra de ações da Companhia, conforme reunião do conselho de administração realizada em 10 de março de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de reserva de capital decresceu 20,6% quando comparado ao saldo de R\$2,5 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2008, em decorrência da utilização de recursos para o cancelamento das 3.580.348 ações então mantidas em tesouraria. Não houve alteração na reserva de capital entre os períodos de 2008 e 2007. .

Lucros acumulados. A Companhia não tinha lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008. Em 2010 e 2009 o lucro foi destinado à constituição de reserva legal e distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de R\$3,9 milhões foi realocado para a conta de reserva estatutária, utilizada para aumento de capital no valor de R\$ 3,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2007, a conta lucros acumulados totalizou R\$11,5 milhões.

Participação minoritária. Em 31 de dezembro de 2010, em decorrência da alienação da participação da Companhia na Paraná Consultoria, não havia valor registrado na conta de participação minoritária. Em 31 de dezembro de 2009, a conta de participação minoritária manteve-se estável em relação a 2008 e 2007, totalizando R\$ 0,1 milhão.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Abaixo os comentários dos principais fatores que afetaram os resultados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Receitas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$205,8 milhões, um incremento de 407,6% quando comparada à receita de R\$40,5 milhões registrada no exercício de 2009, em decorrência do maior recolhimento de honorários relacionados a taxas de administração e performance neste período. Em 2009, as receitas da Companhia aumentaram, de R\$6,0 milhões em 2008 para R\$40,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, gerado principalmente pelo aumento do montante de ativos sob gestão da Companhia e maior recolhimento de honorários relacionados à taxa de performance e administração.

Em 2008, as receitas da Companhia diminuíram 71,0%, de R\$20,8 milhões em 2007 para R\$6,0 milhões em 2008, principalmente afetada pela performance negativa dos Fundos Tarpon em 2008, influenciada pela crise econômica global que impactou negativamente o valor da maior parte dos ativos negociados na BM&FBOVESPA.

Despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2010, a conta de despesas com pessoal totalizou R\$34,1 milhões, um incremento de 91,3% quando comparado ao montante de R\$17,8 milhões apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, principalmente pelo aumento do número de contratações, reajustes salariais e remuneração variável. Estes mesmos fatores influenciaram o aumento dos valores registrados nesta conta entre o valor apresentado em 2009 e os R\$6,4 milhões apresentados em 2008 e o pequeno aumento entre 2008 e o valor de R\$ 5,6 milhões apresentado em 2007.

Despesas administrativas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 houve um incremento de 56,7% das despesas administrativas, totalizando R\$6,1 milhões, principalmente em razão da alteração da sede social da Companhia. Em 2009, as despesas administrativas da Companhia mantiveram-se estáveis quando comparadas com 2008, apresentando uma pequena redução de 4,2 %, de R\$4,1 milhões em 2008 para R\$3,9 milhões em 2009. Em 2008, as despesas administrativas da Companhia aumentaram 98,6%, de R\$2,0 milhões em 2007 para R\$4,1 milhões em 2008. Esse aumento resultou principalmente do aumento das despesas com viagens incorridas para a captação de novos recursos, manutenção do escritório, honorários pagos à CVM e despesas relativas à conferência anual de investidores.

Outras despesas. Em 2010 a conta de outras despesas sofreu um incremento de 540,0%, passando de R\$ 0,3 milhão positivo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1,3 milhão negativo no exercício findo em 2010, principalmente pelo pagamento de Programa de Parcelamento Incentivado de ISS (ano base: 2005), no montante de R\$ 1,1 milhão. No exercício findo em 2008, a conta de outras despesas da Companhia diminuiu 72,8%, de R\$1,6 milhão em 2007 para R\$0,4 milhão em 2008. Essa redução deve-se principalmente a despesas não-recorrentes incorridas em 2007 relativas à contratação de serviços técnicos especializados, particularmente aqueles prestados por advogados e consultores em relação às potenciais oportunidades de investimento.

Lucros (prejuízos) financeiros, líquidos. No exercício findo em 2010, houve incremento de 242,2% nesta conta, passando de R\$ 2,8 milhões no exercício encerrado em 2008 para R\$9,5 milhões no exercício encerrado em 2009, em decorrência da alienação de ações e bônus de subscrição de emissão da Brasilagro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas de titularidade da Companhia e da liquidação do Fundo Tarpon Valor. Em 2009, os lucros financeiros líquidos da Companhia aumentaram significativamente, de R\$3,0 milhões negativos em 2008 para R\$2,8 milhões em 2009, gerado em decorrência do desempenho positivo dos investimentos da Companhia no Fundo Tarpon Valor. Em 2008, os lucros

10.2 - Resultado operacional e financeiro

financeiros líquidos da Companhia diminuíram de R\$1,0 milhão em 2007 para um prejuízo líquido de R\$3,0 milhões em 2008, principalmente em razão do desempenho negativo dos investimentos da Companhia no Fundo Tarpon Valor.

Resultado das atividades operacionais. Em função do citado acima, o resultado das atividades operacionais sofreu um incremento de 625% na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, passando de R\$ 22,9 milhões em 2009 para R\$ 166,0 milhões em 2010. Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, em razão do acima mencionado, houve aumento do resultado das atividades operacionais, passando de um prejuízo de R\$5,7 milhões no exercício encerrado em 2008 para um lucro de R\$ 22,9 milhões no exercício encerrado em 2009. Em 2008, o resultado das atividades operacionais da Companhia foi negativo em R\$ 5,7 milhões, enquanto no exercício encerrado em 2007 a Companhia apresentou um lucro de R\$ 14,7 milhões, em razão dos motivos apresentados acima.

Despesas de impostos sobre o lucro. Em 2010, em função do aumento das receitas, o saldo desta conta sofreu um incremento de 464,3%, totalizando R\$ 27,0 milhões. Em 2009, as despesas de impostos sobre o lucro aumentaram, de R\$0,9 milhão em 2008 para R\$4,8 milhões em 2009, como resultado do aumento do lucro tributável da Companhia no período.

Em 2008, as despesas de impostos sobre o lucro diminuíram 65,4% quando comparadas com 2007, passando de R\$2,7 milhões em 2007 para R\$0,9 milhão em 2008, como resultado da diminuição do lucro tributável da Companhia no período.

Lucro líquido. Em função do mencionado nos itens acima, o lucro da Companhia totalizou R\$ 139,0 milhões em 2010, um aumento de 768,1% quando comparado com o lucro líquido de R\$ 16,0 milhões apresentado no exercício findo em 2009. Em 2008, a Companhia registrou prejuízo de R\$7,5 milhões, influenciado pela crise financeira mundial e os impactos nas performances dos Fundos Tarpon. No exercício encerrado em 2007, a Companhia registrou lucro líquido de R\$11,1 milhões.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Volume de ativos sob gestão. Nos últimos três exercícios sociais (2008, 2009 e 2010), as variações de volume de receitas da Companhia são atribuíveis principalmente as variação dos montantes de recursos sob gestão da Companhia e da performance dos Fundos Tarpon

As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos, e, reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços.

As taxas de performance são geradas quando os fundos atingem determinada performance, conforme definido nos regulamentos dos fundos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento. As taxas de performance são calculadas semestralmente e/ou anualmente, conforme cada contrato, e pagas em 30 de janeiro, 31 de março, 30 de abril, 30 de junho, 31 de julho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano.

Câmbio. A maioria dos ativos sob gestão dos fundos e carteiras está localizada ou possui exposição significativa ao Brasil, sendo compostos por valores mobiliários de companhias brasileiras e em instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os quais são cotados em reais na BM&FBOVESPA (no caso de ações de companhias abertas). Na maior parte dos fundos estrangeiros, tanto os ativos sob gestão e o desempenho são determinados em dólares com base na taxa de câmbio entre o dólar e o real em certas datas específicas. Dessa forma, sendo todos os demais itens iguais, a depreciação do real em relação ao dólar reduzirá o valor em dólares dos ativos sob gestão e os retornos em dólares dos fundos estrangeiros.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional;

Em 2010, não ocorreu qualquer alienação ou introdução de segmento operacional pela Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária; e

Em 2010, a Companhia alienou a totalidade das ações e bônus de subscrição de emissão da BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas de sua titularidade, pelo montante de R\$4,5 milhões.

Em 2010, a Companhia alienou participação indireta na Paraná Consultoria de Investimentos S.A., uma empresa de consultoria. A Companhia não possuía poder preponderante sobre as decisões operacionais e financeiras da Paraná Consultoria de Investimentos S.A., sendo tal empresa tratada como uma investida contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

c) eventos ou operações não usuais.

Em 2010, não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes que pudessem ter impactado as demonstrações financeiras e os resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que exige a utilização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores reportados das receitas e despesas durante os períodos considerados. O julgamento da Companhia é particularmente relevante na determinação dos valores justos dos ativos financeiros e na avaliação acerca da necessidade de constituição de provisões para os passivos contingentes. Embora a administração da Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas foram baseados em premissas razoáveis e com base nas informações disponíveis, tais julgamentos e estimativas estão sujeitos a diversos riscos e incertezas e os resultados reais da Companhia podem diferir de tais julgamentos e estimativas.

Apresentamos a seguir um resumo das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia. Para maiores informações, recomendamos a leitura das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a. Receitas

As receitas são compostas de honorários de serviços referentes a taxas de administração e de *performance*, relativas aos Fundos Tarpon. As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços. As taxas de *performance* são geradas quando os fundos atingem determinada *performance*, conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

b. Instrumentos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados a negociação, e estão representados por aplicações da Companhia em um fundo de investimento (2009) e em certificados de depósito bancário que são reconhecidos a valor de mercado. Os juros, os ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica "Resultado com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado". O valor justo desses ativos é determinado com base no valor da cota informado pelo Administrador do fundo e o valor ajustado pela taxa de depósito interbancário – DI informado pelo Banco emissor do CDB, respectivamente, ao final de cada mês.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a saldos em dinheiro empregados na administração do capital de giro da Companhia.

c. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda no valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

d. Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos em coligadas e controladas são demonstrados pelo valor nominal e atualizados pelo método de equivalência patrimonial.

e. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

f. Benefícios de curto prazo dos empregados e plano de participação nos lucros

Os empregados fazem jus a remuneração fixa e participação no plano semestral de participação nos lucros da Companhia. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação no lucro semestral em dinheiro, quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida caso, em consequência de ocorrência passada, a Companhia possua obrigação legal ou constituída que possibilite uma estimativa confiável e desde que a perda seja avaliada como provável. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa que reflita as condições de mercado em vigor e os riscos característicos do passivo.

h. Plano de opções de compra de ações

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da concessão das opções (outorga) e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base *pro-rata*, pelo período de *vesting* de cada concessão.

i. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em 2010, a Companhia utilizou o regime de apuração do lucro presumido, o qual se subordina ao volume total de receita bruta auferida por trimestre. Para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta, acrescendo-se as receitas financeiras. Os referidos tributos são calculados a alíquotas de 15%, mais adicional de 10% para IRPJ e 9% para a CSLL, respectivamente, sobre a base apurada.

As alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3%, respectivamente, e incidem sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas dos fundos brasileiros. Já o ISS tem a alíquota de 2,5% incidente sobre as receitas da gestão dos fundos brasileiros e de 5% sobre as receitas advindas da prestação de serviços relacionadas com a gestão dos fundos estrangeiros. PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

Devido ao nível de receitas registrado no ano de 2010, a partir de 1 de janeiro de 2011, a Companhia utilizará um novo regime tributário (Lucro Real). Como consequência da mudança do regime tributário, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e as alíquotas de PIS e COFINS serão alteradas de acordo com a legislação vigente.

j. Outros ativos e passivos

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro-rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro-rata" dia) incorridos.

k. Recebíveis

Os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

l. Divulgações financeiras por segmento

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio.

m. Resultado abrangente

Resultante da variação do valor justo de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e do lucro líquido do exercício.

n. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelas opções concedidas por meio do plano de opções de compra de ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las; e

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e buscará continuamente o aprimoramento de seus controles.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os últimos relatórios de recomendações acerca de controles internos, preparados pelos auditores independentes da Companhia, não apresentaram pontos relevantes relacionados à preparação e assertividade das demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais (2008, 2009 e 2010).

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e

Em 31 de dezembro de 2010, não havia qualquer ativo ou passivo que não estivesse refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2010, não havia outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.10 - Plano de negócios

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há investimentos relevantes em andamento e/ou previstos pela Companhia.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Atualmente, a Companhia não pretende adquirir plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No curso normal de suas atividades, a Companhia celebra contratos de prestação de serviços de gestão relativos a fundos e carteiras de recursos de terceiros. Os custos de constituição de tais fundos e carteiras são geralmente arcados pelos próprios cotistas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções e estimativas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não divulga projeções e estimativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela diretoria, sendo que a sua composição e funcionamento são regulados pelo Estatuto Social da Companhia, pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável.

Compete ao Conselho de Administração, além de outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual e a determinação das metas e estratégias de negócios para o período subsequente;
- (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as competências, observado o quanto disposto no Estatuto Social;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer outros atos envolvendo a Companhia;
- (iv) fixar a remuneração individual dos administradores, observado o montante global aprovado pela assembleia geral e a recomendação não vinculante do comitê de remuneração da companhia;
- (v) aprovar os regimentos internos dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivas alterações;
- (vi) apreciar o Relatório da Administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e deliberar acerca da sua submissão à assembleia geral;
- (vii) apresentar à assembleia geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (viii) submeter à assembleia geral proposta de reforma do Estatuto Social;
- (ix) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à assembleia geral;
- (x) deliberar acerca da convocação da assembleia geral ordinária, observado o quanto disposto no artigo 132 da Lei das S.A., e da assembleia geral extraordinária, quando julgar conveniente;
- (xi) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (xii) aprovar seu próprio orçamento de despesas, que deverá ser incluído no orçamento anual da Companhia a ser submetida à aprovação da assembleia geral;
- (xiii) autorizar previamente a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias a direitos, que resultem em assunção de responsabilidade em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xiv) considerados individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstos no orçamento anual;
- (xv) aprovar previamente qualquer empréstimo, financiamento, emissão ou cancelamento de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xvi) deliberar a respeito da assunção, garantia, endosso ou responsabilização (diretamente, sob condição ou por outro modo) de quaisquer obrigações de terceiros que envolvam a Companhia que, isoladamente ou em conjunto, no período de 1 (um) ano, superem o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xvii) autorizar previamente a aquisição, alienação ou constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre bens do ativo permanente da Companhia em operações que envolvam montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devendo ser consideradas as operações concluídas individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstas no orçamento anual;
- (xviii) deliberar acerca da emissão de ações ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures simples não conversíveis em ações, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão;
- (xix) estabelecer a competência da diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, tais como bonds, notes, commercial papers ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, acerca de suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que assim deliberar, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- (xx) de acordo com plano aprovado pela assembleia geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, observada a recomendação não vinculante do comitê de remuneração;
- (xxi) estabelecer o valor da participação nos lucros dos administradores e empregados da Companhia, observada a recomendação não vinculante do comitê de remuneração;
- (xxii) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários acerca de qualquer matéria de sua alçada;
- (xxiii) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (xxiv) definir a lista triplíce de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, nos termos previstos no Capítulo X, Seção II do Estatuto Social;
- (xxv) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela assembleia geral nos termos da Lei das S.A. e do Estatuto Social;
- (xxvi) ação de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações; (z) observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, dispor sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
- (xxvii) autorizar o levantamento de balanços semestral ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e do Estatuto Social;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xxviii) deliberar sobre programas de recompra de ações dentro do capital autorizado;
- (xxix) contratar novos administradores e empregados ou celebrar contratos de prestação de serviços com administrador ou empregado, em cada caso com um salário-base anual (não incluídos honorários, gratificações e outra remuneração ou benefícios indiretos) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xxx) celebrar qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;
- (xxxi) deliberar sobre qualquer compra, aquisição, venda, locação, licença ou alienação por outra forma, de quaisquer ativos relevantes ou bens imóveis, inclusive no que concerne ativos intangíveis da Companhia e/ou suas subsidiárias, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano; e
- (xxxii) deliberar sobre o cancelamento ou quitação de qualquer gravame ou o pagamento ou quitação de qualquer obrigação ou responsabilidade relevante (fixa ou contingente) que não seja usual aos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou que, estando inserida no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano.

A diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo aos Diretores cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração, bem como a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos de gestão dos negócios sociais e dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Compete à diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo, em especial:

- (i) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração;
- (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos;
- (iii) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia;
- (iv) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais;
- (v) abrir e movimentar contas bancárias;
- (vi) realizar operações financeiras, assinar contratos e distratos, constituir ônus reais e prestar de avais, fianças e garantias, observadas as regras previstas no Estatuto Social e na Lei das S.A.;
- (vii) emitir, endossar, aceitar, descontar e empenhar duplicatas, faturas, letras de câmbio, cheques, notas promissórias, warrants ou qualquer outro título de crédito;
- (viii) elaborar o Relatório da Administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados, para apreciação do Conselho de Administração e da assembleia geral;
- (ix) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o plano de negócios e o orçamento de capital da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (x) exercer as funções inerentes a outras competências que lhe forem atribuídas pela assembleia geral ou pelo Conselho de Administração; e
- (xi) decidir acerca de qualquer assunto que não seja de competência privativa da assembleia geral ou do Conselho de Administração.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

O conselho fiscal da Companhia não é permanente e, até a presente data, não foi instalado. Nos termos do Estatuto Social, a Companhia possui comitê de auditoria e compliance e comitê de remuneração. Os comitês são compostos por, no mínimo, 2 membros, sendo 1 deles, necessariamente, conselheiro independente (conforme definido no Estatuto Social), a quem cabe o voto de qualidade no caso de empate das deliberações.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão

Atualmente não há mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

d) Atribuições e poderes individuais dos membros da diretoria

Além de outras competências que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete (i) ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da diretoria, orientar e coordenar a atuação da diretoria e dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) ao Diretor de Relações com os Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Atualmente, não há mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazo de convocação

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com 15 dias de antecedência, no mínimo, em primeira convocação e, se necessário, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações.

b) Competências

Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e no Estatuto Social, competirá privativamente à assembleia geral:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia;
- (ii) reformar o Estatuto Social;
- (iii) atribuir bonificações em ações e decidir acerca de eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (iv) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos;
- (v) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (vi) eleger e destituir os membros do conselho fiscal, se instalado;
- (vii) eleger o liquidante, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (viii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como a dos membros do conselho fiscal, se instalado, observando quanto à remuneração do conselho fiscal o quanto disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A.;
- (ix) aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas que lhes prestem serviços;
- (x) aprovar a atribuição de participação nos lucros aos administradores, observados os limites legais, e aos empregados, considerando a política de recursos humanos da Companhia, e considerando as recomendações não vinculantes do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (xi) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xii) deliberar acerca da saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- (xiii) escolher, dentre aquelas indicadas pelo Conselho de Administração, a instituição ou empresa especializada que ficará responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia e preparação do respectivo laudo, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, conforme previsto na Seção II, do Capítulo X do Estatuto Social;
- (xiv) deliberar acerca da incorporação da Companhia, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como deliberar acerca da fusão, cisão,
- (xv) transformação ou dissolução da Companhia;
- (xvi) suspender o exercício de direitos de acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.;
- (xvii) deliberar acerca de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- (xviii) deliberar a respeito de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (xix) alterar as atribuições do Conselho de Administração da Companhia;
- (xx) alterar as vantagens ou direitos relativos às ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (xxi) alterar a política de dividendos;
- (xxii) aprovar a participação em grupo de sociedades;
- (xxiii) reduzir o dividendo obrigatório;
- (xxiv) alterar o objeto social da Companhia; e
- (xxv) deliberar a cessação do estado de liquidação da Companhia.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: sede da Companhia, localizada na Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar, São Paulo, SP, Brasil.

Endereços eletrônicos: www.tarponinvest.com.br; www.bovespa.com.br; www.cvm.gov.br.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto proferido por acionista em deliberação em que o tal acionista tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia e sua administração não solicitaram e não tem por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas

Para que possa participar da assembleia geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva assembleia geral, os seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral;
- (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social; e
- (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral.

A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o áudio e/ou vídeo das assembleias.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia não disponibiliza mecanismos para permitir a inclusão de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	05/02/2011
			12/02/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	22/02/2011
		Jornal da Tarde - SP	22/02/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	11/02/2010
		Jornal da Tarde - SP	11/02/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	23/03/2010
		Jornal da Tarde - SP	23/03/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Gazeta Mercantil - SP	11/03/2009
		Jornal da Tarde - SP	11/03/2009

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) Frequencia das reuniões

O Conselho de Administração reúne-se:

- (i) pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário a ser divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente; e
- (ii) extraordinariamente, sempre que necessário.

b) Disposições de acordos de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Nos termos do acordo de acionistas da Silver King Participações Ltda., celebrado em 10 de julho de 2009, os conselheiros por esta indicados devem votar de acordo com a deliberação tomada em reunião prévia de seus cotistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nenhum membro do Conselho de Administração em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei, poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nas reuniões desse órgão da administração.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida desta natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. Para os fins deste parágrafo único, eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro possa ser.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Rafael Sonder	32	Pertence apenas à Diretoria	18/03/2011	AGO 2013
298.946.868-42	Engenheiro eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	18/03/2011	Sim
Fernando Shayer	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/03/2011	AGO 2013
066.182.178-14	Advogado e Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/03/2011	Sim
Responsável pela estruturação de negócios e monitoramento de companhias investidas. Membro do comitê de auditoria e compliance				
Horácio Lafer Piva	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/03/2011	AGO 2013
038.613.618-17	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	09/03/2011	Sim
Membro do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação				
Pedro de Andrade Faria	35	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/03/2011	AGO 2013
271.782.078-76	Administrador de empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	09/03/2011	Sim
Responsável pela equipe de investimentos				
Fabio Hering	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/03/2011	AGO 2013
006.283.238-75	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	09/03/2011	Sim
Membros do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação				
Marcelo Guimarães Lopo Lima	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/03/2011	AGO 2013
132.483.688-10	administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/03/2011	Sim
Responsável pela equipe de investimentos				
Eduardo Silveira Mufarej	33	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/03/2011	AGO 2013
263.395.488-06	Administrador de empresas		09/03/2011	Sim
Responsável pela coordenação do time de Desenvolvimento de Negócios.				
José Carlos Reis de Magalhães Neto	32	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/03/2011	AGO 2013
286.951.128-02	Administrador de empresas	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	09/03/2011	Sim
Responsável pela gestão dos Fundos Tarpon e Membro do Comitê de Remuneração e Participação				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Rafael Sonder - 298.946.868-42				
Rafael Sonder. Rafael cursou Engenharia Elétrica na Tufts University (2001) e MBA na The Wharton School - EUA (2009). Atuou nas áreas de desenvolvimento de negócios e de private equity da Tarpon, foi analista financeiro no Banco Pátria de negócios, gerente de planejamento da Casa do Pão de Queijo e analista de investimentos no ABN - Amro Bank.				

Fernando Shayer - 066.182.178-14

Fernando é responsável pelo compliance, pela estruturação de negócios e monitoramento de companhias investidas, fazendo também parte do Comitê de Investimentos da Tarpon. Anteriormente, foi sócio do escritório de advocacia Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados. Foi advogado internacional no Skadden, Arps, Slate, Meagher and Flom LLP, em Nova Iorque, e no Banco CCF no Brasil. Fernando é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), bem como é mestre em Direito (L.L.M) pela Universidade de Columbia em Nova York.

Fernando Shayer não sofreu qualquer tipo de condenação.

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Horácio foi presidente do conselho de administração da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS) de 1998 a 2004, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de 1998 a 2000. Atualmente, é presidente do conselho de administração da BRACELPA (Associação Brasileira de Papel e Celulose) e da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente). É também membro do conselho de administração da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), do Grupo Martins, da Fundação Antônio Prudente/Hospital do Câncer, e da Fundação Osesp. O Sr. Horácio também é membro do conselho de administração da Klabin S.A., da Atmosfera - Higienização de Têxteis S.A. e da Redecard S/A. O Sr. Horácio especializou-se em Economia e concluiu o programa de especialização em Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

Horácio Lafer não sofreu qualquer tipo de condenação.

Pedro de Andrade Faria - 271.782.078-76

Pedro é membro do Conselho de Administração da Tarpon e responsável pela equipe de investimentos. Além disso, é membro do conselho de administração da Omega Energia Renovável, Cremer, Arezzo e BRF. Pedro foi Diretor Financeiro/RI da Braslagro desde sua fundação até fevereiro de 2007. Antes de juntar-se à Tarpon, foi sócio-diretor do Pátria Investimentos, responsável por monitoramento de portfólio de private equity. Também trabalhou no Chase Manhattan Bank e no Patrimônio/Salomon Brothers. Pedro graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, e fez MBA na Universidade de Chicago.

Pedro Faria não sofreu qualquer tipo de condenação .

Fabio Hering - 006.283.238-75

Fabio Hering - Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, tendo assumido em 28 de abril de 2009 o cargo de Presidente e Diretor de Relações com Investidores desta Companhia. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e dois anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores.

Marcelo Guimarães Lopo Lima - 132.483.688-10

Marcelo é membro do conselho de administração da Tarpon Investimentos S.A., onde também é responsável pela equipe de investimentos. Adicionalmente, Marcelo é membro do conselho de administração da Cia Hering. Marcelo é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito pela Universidade São Paulo (USP). Iniciou sua carreira no JPMorgan Chase onde atuou como associado na área de Investment Banking nos escritórios de São Paulo e Nova Iorque. Foi Vice Presidente da divisão de Investment Banking do Itaú BBA. Foi Vice Presidente na Merrill Lynch, assessorando clientes em transações de M&A na América Latina.

Eduardo Silveira Mufarej - 263.395.488-06

Eduardo é responsável pela coordenação do time de Desenvolvimento de Negócios e diretor da Companhia. Além disso, é membro do conselho de administração da Coteminas e da Arezzo. Anteriormente, foi responsável pelas atividades da área de Fusões e Aquisições do Banco HSBC, trabalhou como associado no Banco CCF e como analista de investimentos na Divisão de Mercados de Capitais do Citigroup. Eduardo graduou-se em Administração de Empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo.

Eduardo Mufarej não sofreu qualquer tipo de condenação .

José Carlos Reis de Magalhães Neto - 286.951.128-02

José Carlos é o fundador, CIO, Diretor Presidente e Presidente Conselho de Administração da Tarpon. Além disso, José Carlos faz parte do Conselho da Lojas Marisa, Omega Energia Renovável e BRF. Anteriormente, José Carlos foi gestor de portfólio no banco Patrimônio/Salomon Brothers, trabalhou como associado no JP Morgan/Chase e como analista na GP Investimentos. José Carlos graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

José Carlos não sofreu qualquer tipo de condenação.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome CPF	Tipo comitê		Cargo ocupado Descrição outros cargos ocupados	Profissão		Data eleição Data posse	Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados		Idade	Idade		
Outros cargos/funções exercidas no emissor							
Fabio Hering 006.283.238-75	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	administrador de empresas	51	09/03/2011	09/03/2011	AGO 2013
Membro do conselho de administração e do Comitê de Remuneração e Participação							
Fernando Shayer 066.182.178-14	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado e Economista	36	09/03/2011	09/03/2011	AGO 2013
Membro efetivo do Conselho de Administração.							
Horácio Lafer Piva 038.613.618-17	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	52	09/03/2011	09/03/2011	AGO 2013
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.							
Walter Iorio 051.364.908-53	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	65	09/03/2011	09/03/2011	AGO 2013
Fabio Hering 006.283.238-75	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	administrador de empresas	52	09/03/2011	09/03/2011	AGO 2013
Membro do conselho de administração e do Comitê de Auditoria e Compliance							
Horácio Lafer Piva 038.613.618-17	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	52	09/03/2011	09/03/2011	AGO 2013
Membro do conselho de administração e do Comitê de Auditoria e Compliance							
José Carlos Reis de Magalhães Neto 286.951.128-02	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	32	22/03/2010	22/03/2010	1 ano
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente							

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2010			
Administrador do Emissor			
José Carlos Reis de Magalhães Neto Diretor Presidente e de Investimentos e Presidente do Conselho de Administração	286.951.128-02	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Eduardo Silveira Mufarej Diretor de Relações com Investidores	263.395.488-06	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Guimarães Lopo Lima Conselheiro	132.483.688-10	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Fernando Shayer Conselheiro	066.182.178-14	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Pedro de Andrade Faria Conselheiro	271.782.078-76	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém vigente o seguro de Responsabilidade Civil Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia o pagamento o reembolso de despesas arcadas pelos administradores decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor. A atual apólice prevê a cobertura de no limite de até R\$ 60 milhões.

A Companhia não firmou qualquer acordo objetivando o encerramento de processos administrativos ou judiciais, movidos contra administradores da Companhia em decorrência do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Não aplicável

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática da remuneração

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional a sua contribuição com o resultado da Companhia.

b) Composição da remuneração

- (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia (diretores estatutários e não estatutários) fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável semestral.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de investimento de longo prazo, que não possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta somente de pró-labore.

- (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social de 2010:

Elemento	Participação na remuneração total
Remuneração fixa	16%
Remuneração Variável	84%
Total	100%

- (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

A remuneração variável depende de métricas estabelecidas no PLR da Companhia, pró-labore ou nos montantes estabelecidos pela assembleia geral, conforme o caso, levando-se em conta, dentre outros parâmetros, um montante global de até 35% dos honorários relativos às taxas de performance recolhidos em cada semestre quanto aos Fundos. A remuneração variável dos diretores será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando-se em consideração as recomendações não vinculativas do comitê de remuneração.

- (iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração estejam alinhados com as perspectivas de rentabilidade e riscos inerentes aos negócios da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no PLR.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	288.000,00	979.224,00		1.267.224,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.000.000,00		10.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	1.200.000,00		1.200.000,00
Observação	Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.			
Total da remuneração	288.000,00	12.179.224,00		12.467.224,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	707.839,00		887.839,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.509.049,00		2.509.049,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	2.320.480,00		2.320.480,00
Observação	Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros			
Total da remuneração	180.000,00	5.537.368,00		5.717.368,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	216.000,00	609.118,00		825.118,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	508.640,00		508.640,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	2.320.480,00		2.320.480,00
Observação	Apenas membros independentes fazem jus à remuneração.	Apenas os membros independentes fazem jus a remuneração		
Total da remuneração	216.000,00	3.438.238,00		3.654.238,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3

2011 - Remuneração prevista

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados.

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Total</u>
Número de membros	7	3	0	6
Bônus	0	R\$ 17.382.776	N/A	R\$ 17.382.776
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 17.382.776	N/A	R\$ 17.382.776
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	0	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2010

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Total</u>
Número de membros	6	2	0	6
Bônus	0	R\$ 2.509.049	N/A	R\$ 2.509.049
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 10.932.000	N/A	R\$ 10.932.000
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 2.509.049	N/A	R\$ 2.509.049
Participação no resultado	0	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 2009

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Total</u>
Número de membros	6	2	0	6
Bônus	0	R\$ 508.640	N/A	R\$ 508.640
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 9.174.881	N/A	R\$ 9.174.881
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 508.640	N/A	R\$ 508.640
Participação no resultado	0	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4

a) Termos e condições gerais

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações (o “Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas. O Plano foi alterado em 30 de novembro de 2009 e 18 de agosto de 2010.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados a investidas dos Fundos TISA), bem como pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a, cada vez mais, prestarem os serviços de forma a maximizar os resultados da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano representa ferramenta de alinhamento dos interesses dos acionistas, administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo. O Plano não tem natureza remuneratória.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

No curto prazo e médio prazo, o principal elemento de alinhamento consiste nas outorgas anuais de novas opções, previstas para 1º de julho dos próximos três exercícios sociais. Além disso, em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano), do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos) e da restrição à alienação das ações adquiridas em decorrência do exercício das opções pelos Participantes pelo período de 12 meses, acreditamos que o Plano confira incentivos de médio e longo prazo para alinhamento entre os Participantes e a Companhia.

f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção equivale a uma ação de emissão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, o número máximo de opções do Plano disponíveis para outorga era de 2.089.176 opções.

h) Condições de aquisição de ações

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- (i) a primeira parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009 e 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- (ii) a segunda parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (iii) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;
- (iv) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2010 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;
- (v) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2011 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga; e
- (vi) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2012 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga.

Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c) do Plano, desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos e limites do item 5.4 (c) do Plano.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

k) Forma de liquidação

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

l) Restrições à transferência de ações

Nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das Opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva Opção.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna); (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**13.5**

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2010

<u>Órgão</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Opções de Ações</u>
Conselho de Administração	21.274.400	6.540.940
Diretoria	0	0

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2011)

O plano de opção de compra de ações da Companhia não tem natureza remuneratória.

Não estão previstas outorgas de opções a membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social corrente.

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal
Número de membros	6				0
Data de outorga	N/A	10/03/2009	10/03/2009	30/11/2009	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0	4.061.053	46.083	450.993	0
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 16/02/2009, 20% em 01/07/2009; 20% em 01/07/2010; 20% em 01/07/2011 e 20% em 01/07/2012	em 20% em 01/07/2009 e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes	20% em cada um dos aniversários subsequentes a 01/07/09	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	5 anos	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano	1 ano	1 ano	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A				N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$0,05	R\$0,05	R\$2,31	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	N/A	7,40%	0,08%	0,82%	N/A

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros.

² Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia assumindo o exercício integral das opções objeto do Plano de Opção de Compra de Ações.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

2010

	Conselho de Administração ¹		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
Número de membros	6	2	2	2	0
Data de outorga	N/A	10/03/2009	10/03/2009	30/11/2009	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0	3.839.761	46.083	169.875	0
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 16/02/2009, 20% em 01/07/2009; 20% em 01/07/2010; 20% em 01/07/2011 e 20% em 01/07/2012	20% em 01/07/2009 e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes	20% em cada um dos aniversários subsequentes a 01/07/09	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	5 anos	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano	1 ano	1 ano	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:					
Em aberto no início do exercício social	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	R\$2,68	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$0,05	R\$0,05	R\$2,31	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	N/A	6,99%	0,08%	0,31%	N/A

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros

² Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia assumindo o exercício integral das opções objeto do Plano de Opção de Compra de Ações.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

2009

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal
Número de membros	6	2	2	2	0
Data de outorga	N/A	10/03/2009	10/03/2009	30/11/2009	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0	3.839.761	46.083	169.875	0
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 16/02/2009, 20% em 01/07/2009; 20% em 01/07/2010; 20% em 01/07/2011 e 20% em 01/07/2012	20% em 01/07/2009 e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes	20% em cada um dos aniversários subsequentes a 01/07/09	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	5 anos	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano	1 ano	1 ano	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A				N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$0,05	R\$0,05	R\$2,31	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	N/A	6,99%	0,08%	0,31%	N/A

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros.

² Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia assumindo o exercício integral das opções objeto do Plano de Opção de Compra de Ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2010¹

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	6	2	0
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	0	1.699.454	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	811.144 em 01/07/2011; 811.144 em 01/07/2012; 43.192 em 01/07/2013, 33.974 em 01/07/2014	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	1 ano	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$2,71	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício	N/A	R\$14,8	N/A
Opções exercíveis			
Quantidade	0	2.356.265	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	1 ano	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$2,71	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício	N/A	R\$14,8	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A		N/A

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros. Quando considerados indivíduos que exercem outras funções na Companhia e exercem também o cargo de conselheiro, a quantidade de opções detida por tais indivíduos em 31 de dezembro de 2010 era de 1.211.094 opções ainda não exercíveis e 1.274.127 opções exercíveis. As datas de outorga de tais opções são 10 de março de 2009 e 30 de novembro de 2009. Os termos e condições de tais opções são idênticos aos indicados no item 13.6 deste Formulário.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2010

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	6	2	0
Opções exercidas	N/A	Não houve exercício de opções durante o exercício	N/A
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a**13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções****13.9****a) Modelo de precificação**

A avaliação do Plano apresentada neste Formulário foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**Outorga de 10 de março de 2009:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 1,29; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,60 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 13%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 30 de novembro de 2009:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de fevereiro de 2010:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 28%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 7,84; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,23 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,63%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de agosto de 2010:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 22,60%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 11,45; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$8,59 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

e) Outras características da opção incorporadas na mensuração de seu valor justo

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Nº de membros	2,00	6,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.653.736,00	144.000,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.563.152,00	144.000,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.608.444,00	144.000,00	0,00

Observação

	Diretoria Estatutária
	Conselho de Administração
31/12/2010	Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.
	Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**13.13**

Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2009	2010
Conselho de Administração	0%	0%
Diretoria Estatutária	100%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**13.14**

Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestadas

<u>Órgão</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Conselho de Administração	R\$9.358.285	R\$2.175.906
Diretoria Estatutária	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15

Não aplicável.

13.16 - Outras informações relevantes

13.15

Não aplicável.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) Número de empregados****2010**

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Análise de Investimentos	13	34
	Desenvolvimento de Negócios	3	
	Jurídico	3	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	8	
	Controle Operacional (<i>back office</i>)	4	
	Diversas (estágio)	3	

2009

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Análise de Investimentos	11	30
	Desenvolvimento de Negócios	3	
	Jurídico	3	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	6	
	Controle Operacional (<i>back office</i>)	1	
	Diversas (estágio)	6	

2008

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Análise de Investimentos	6	22
	Desenvolvimento de Negócios	2	
	Jurídico	2	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	1	
	Controle Operacional (<i>back office</i>)	2	
	Diversas (estágio)	9	

14.1 - Descrição dos recursos humanos

2007

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Análise de Investimentos	5	22
	Desenvolvimento de Negócios	3	
	Jurídico	1	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	2	
	Controle Operacional (<i>back office</i>)	1	
	Diversas (estágio)	10	

b) Número de terceirizados

2010

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Limpeza	2	3
	Suporte TI	1	

2009

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Limpeza	2	3
	Suporte TI	1	

2008

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Limpeza	1	2
	Suporte TI	1	

2007

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Limpeza	1	2
	Suporte TI	1	

14.1 - Descrição dos recursos humanos**c) Índice de rotatividade**

Ano	Índice de rotatividade
2010	9,3%
2009	15,6%
2008	19,2%

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Ano	Passivos e contingencias trabalhistas
2010	-
2009	-
2008	-

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 14.1.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia remunera seus funcionários por meio de salário mensal, benefícios e remuneração variável semestral.

Política de salário:

O salário dos empregados é determinado segundo critérios de cargo, senioridade e nível de profissionalização.

Política de remuneração variável:

A Companhia possui um Programa de Participação nos Lucros e Resultados, segundo o qual os empregados podem receber, semestralmente, participação nos lucros. Ocasionalmente, a Companhia pode atribuir gratificações a seus funcionários.

b) Política de benefícios

A Companhia está sujeita aos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas com o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis.

Além do salário mensal, benefícios e remuneração variável, a Companhia concede aos seus funcionários os seguintes benefícios: vale refeição, vale transporte (ou estacionamento, conforme o caso) e seguro de vida.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

(i) Grupos de beneficiários

O plano de opções não tem caráter remuneratório, apenas de alinhamento de longo prazo. Os beneficiários do plano de opções de compra de ações da Companhia são os administradores (com exceção dos conselheiros independentes), vice-presidentes e empregados (incluindo aqueles vinculados a investidas dos Fundos), de acordo com a alocação que venha a ser determinada pelo conselho de administração.

(ii) Condições para exercício

O exercício das opções objeto do plano estará sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o beneficiário continue a atuar como administrador, vice-presidente ou funcionário da Companhia ou de suas subsidiárias em cada tal data.

Em caso de término voluntário do vínculo do beneficiário com a Companhia (ou com suas subsidiárias), ou de término sem justa causa por parte da Companhia (ou de suas subsidiárias), tal beneficiário poderá exercer apenas aquela parte das opções exercíveis de que for titular, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

Em caso de término do vínculo com a Companhia (ou suas subsidiárias) por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

(iii) Preços de exercício

O Preço de Exercício para os participantes que aderirem ao Plano anteriormente à assembléia geral ordinária e extraordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social de 2009 será de R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, observado o disposto no item 5.4.

O Preço de Exercício para os Participantes que aderirem ao Plano posteriormente à assembléia geral ordinária e extraordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social de 2009 será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos do item 5.4 desde a data de aprovação inicial do Plano até a outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos do item 5.4.

(iv) Prazos de exercício

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

As opções objeto do plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas ("Datas de Vesting"):

- a. A primeira parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 50,2% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009, 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 3 aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009;
- b. A segunda parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 5,6% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 4 aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009; e
- c. As opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos 5 exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga.

Não obstante o disposto acima, no evento dos atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações a qualquer momento, dentre outras hipóteses, todas as opções outorgadas sob o plano tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

Cada parcela das opções do plano expirará no quinto aniversário da respectiva Data de Vesting (inclusive opções exercíveis a partir da Data da Primeira Outorga).

- (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Nos termos do Plano, podem ser emitidas Ações que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados por um sindicato no Estado de São Paulo, denominado Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis. A Companhia entende que tem um bom relacionamento com o sindicato.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
PASSPORT							
	Norte Americano	Não	Não		25/08/2010		
	8.989.700	19,650000%	0	0,000000%	8.989.700	19,650000%	
Silver King Participações Ltda.							
	Brasileira-SP	Sim	Sim		25/06/2010		
	21.067.900	46,040000%	0	0,000000%	21.067.900	46,040000%	
Clube de Investimentos TRPN3							
	Brasileiro-SP	Não	Não		25/08/2010		
	9.500	0,020000%	0	0,000000%	9.500	0,020000%	
ETON PARK LPIEP TISDALE LLC							
	Norte Americano	Não	Não		26/05/2009		
	3.089.300	6,750000%	0	0,000000%	3.089.300	6,750000%	
Pedro de Andrade Faria							
	Brasileiro-SP	Sim	Não				
	271.782.078-76	1,810000%	0	0,000000%	830.136	1,810000%	
Marcelo Guimarães Lopo Lima							
	Brasileiro-SP	Sim	Não				
	132.483.688-10	0,410000%	0	0,000000%	188.343	0,410000%	
Eduardo Silveira Mufarej							
	Brasileiro-SP	Sim	Não				
	263.395.488-06	1,870000%	0	0,000000%	854.936	1,870000%	
José Carlos Reis de Magalhães Neto							
	Brasileiro-SP	Sim	Não				
	286.951.128-02	3,630000%	0	0,000000%	1.659.729	3,630000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
OUTROS	8.933.724	19,520000%	0	0,000000%	8.933.724	0,000000%	19,520000%	19,520000%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	0,000000%	0,000000%	
TOTAL	45.759.895	100,000000%	0	0,000000%	45.759.895	0,000000%	100,000000%	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Silver King Participações Ltda.						
				CPF/CNPJ acionista		
				10.628.571/0001-29		
Eduardo Silveira Mufarej						
263.395.488-06	Brasileiro-SP	Sim	Sim			
4.940.903	23,450000	0	0,000000	4.940.903		23,450000
Classe ação						
		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			
Fernando Shayer						
066.182.178-14	Brasileiro-SP	Sim	Sim			
1.665.474	7,910000	0	0,000000	1.665.474		7,910000
Classe ação						
		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			
José Carlos Reis de Magalhães Neto						
286.951.128-02	Brasileiro-SP	Sim	Sim			
8.546.987	40,570000	0	0,000000	8.546.987		40,570000
Classe ação						
		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			
Marcelo Guimarães Lopo Lima						
132.483.688-10	Brasileiro-SP	Sim	Sim			
67.900	0,320000	0	0,000000	67.900		0,320000
Classe ação						
		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Silver King Participações Ltda.						
						10.628.571/0001-29
OUTROS	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	0,000000
Pedro de Andrade Faria						
271.782.078-76	Brasileiro-SP	Sim	Sim	Sim		
5.846.736	27,750000	0	0,000000	5.846.736	27,750000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	21.068.000	100,000000	0	0,000000	21.068.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia / Data da última alteração	22/03/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	264
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	30
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	28

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	21.012.724	45,920000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	21.012.724	45,920000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Item de apresentação facultativo.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) Partes

José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria, Eduardo Silveira Mufarej, Fernando Shayer e Marcelo Lima.

b) Data de Celebração

10 de julho de 2009.

c) Prazo de vigência

Indeterminado.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Para informações acerca das alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle, ver item 6.5 – “Principais Eventos Societários”

15.7 - Outras informações relevantes

Não aplicável

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos do Estatuto Social, é de competência do Conselho de Administração a aprovação de qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
TIG Holding Ltd. e Tarpon All Equities Cayman, Ltd.	16/02/2009	0,00	Não aplicável	Não aplicável	30 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TIG: sociedade de controle comum com a Companhia.						
Objeto contrato	TAE Cayman: TAE Cayman é uma subsidiária integral da TIG. De acordo com o Contrato de Prestação de Serviços TAEF, (i) a TAE Cayman, managing member do fundo de investimentos Tarpon TAEF Fund e general partner de diversos fundos do TAEF Fund, LLC, contrataram a Companhia para prestar determinados serviços necessários para que a TAE Cayman cumpra as suas obrigações nos termos dos atos constitutivos do fundo de investimentos TAEF Fund, e (ii) a TIG contratou a Companhia para prestar determinados serviços necessários para que a TIG cumpra suas obrigações nos termos dos atos constitutivos do TAEF Fund, quais sejam, principalmente, a análise, estruturação e negociação de potenciais investimentos pelo fundo, a alocação de recursos do fundo de acordo com sua política de investimento e o monitoramento do desempenho dos investimentos realizados pelo fundo.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Consentimento mútuo das Partes						
Natureza e razão para a operação							
TIG Holding Ltd. e Tarpon All Equities Cayman, Ltd.	12/02/2009	0,00	Não aplicável.	Não aplicável.	30 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TIG: sociedade de controle comum com a Companhia.						
Objeto contrato	TAE Cayman: TAE Cayman é uma subsidiária integral da TIG. De acordo com Contrato de Prestação de Serviços TF, a TAE Cayman, managing member do fundo de investimentos TF Fund, contratou a Companhia para prestar determinados serviços necessários para que a TAE Cayman cumpra as suas obrigações nos termos dos atos constitutivos do TF Fund, quais sejam, principalmente, a análise, estruturação e negociação de potenciais investimentos pelo fundo, a alocação de recursos do fundo de acordo com sua política de investimento e o monitoramento do desempenho dos investimentos realizados pelo fundo.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Consentimento mútuo das Partes.						
Natureza e razão para a operação							
TIG Holding Ltd.	10/03/2009	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TIG: sociedade de controle comum com a Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	Como parte da Reestruturação, a TIG cedeu todos os seus direitos e obrigações nos termos do seu contrato gestão de recursos celebrado com o titular desta carteira para a Companhia, em conformidade com o Contrato de Cessão. A Companhia passou a atuar como gestora de recursos da Carteira Administrada Estrangeira, responsável pela análise de potenciais investimentos e alocação e monitoramento dos recursos de tal carteira. Em contrapartida, a Carteira Administrada Estrangeira deverá pagar taxa de administração e taxa de performance, em termos consistentes com aqueles aplicáveis aos demais Fundos.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
TIG Holding Ltd.	16/02/2009	0,00	Não aplicável	Não aplicável	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TIG: sociedade de controle comum com a Companhia.						
Objeto contrato	De acordo com o Compromisso de Investimento, a TIG comprometeu-se com a Companhia a realizar todos os seus investimentos proprietários (exceto por investimentos em determinados investimentos, aplicações financeiras de curto prazo e Ações, dentre outros) através dos Fundos.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Tarpon Special Opportunities Fund	04/03/2010	0,00	Não aplicável.	Não aplicável.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sob controle comum.						
Objeto contrato	Contrato por meio do qual a Companhia foi contratada para prestar serviços de gestão de investimentos para TSOF.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido, por maioria absoluta, nos casos de (i) descumprimento da legislação de valores mobiliários aplicável; (ii) dolo ou fraude praticado pela Companhia em relação ao TSOF; (iii) violação material das obrigações da Companhia perante o TSOF, em todos os casos conforme decisão irreversível proferida contra a Companhia.						
Natureza e razão para a operação							
Tarpon Special Opportunities Fund e TSOP Ltd.	04/03/2010	0,00	Não aplicável.	Não aplicável.	30 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sob controle comum.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato							
		Contrato firmado entre a Companhia e TSOP Ltd., managing member do TSOF Ltd., de acordo com o qual o TSOP Ltd. contratou a Companhia para prestar determinados serviços necessários para que TSOP Ltd. cumpra com suas obrigações nos termos dos atos constitutivos do TSOF Ltd.					
Garantia e seguros		Não há garantias ou seguros relacionados.					
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante consentimento mútuo das partes.					
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Na aprovação de operações com partes relacionadas, deverão ser observados os preceitos da Lei das Sociedades por Ações. A Lei das Sociedades por Ações dispõe que qualquer acionista da Companhia não poderá votar nas deliberações da assembléia geral que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/01/2011	5.419.495,13		45.759.895	0	45.759.895
Tipo de capital	Capital Emitido				
10/03/2009	4.004.259,00		41.206.763	0	41.206.763

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/02/2009	assembleia geral	16/02/2009	3.888.698,00	Subscrição particular	3.888.698	0	3.888.698	3.365,00000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
Utilizado valor registrado na reserva de capital.										
10/03/2010	Conselho de Administração	10/03/2010	176.432,20	Subscrição particular	32.673	0	32.673	0,04396000	5,40	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.										
Forma de integralização										
Dinheiro.										
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	1.089.310,39	Subscrição particular	4.064.591	0	4.064.591	9,86000000	2,68	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.										
Forma de integralização										
Dinheiro										
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	3,06	Subscrição particular	488.541	0	488.541	1,19000000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.										
Forma de integralização										
Dinheiro										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve reduções de capital.

17.5 - Outras informações relevantes

Não aplicável

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>No caso das ações da Companhia (i) terem liquidez, ou seja, integrarem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) terem dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos de 50% das ações, os acionistas não terão direito de retirada.</p>
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações de titularidade da Silver King Participações Ltda. estão sujeitas a restrições à transferência, nos termos do Acordo de Sócio celebrado em 10 de julho de 2009.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social	31/12/2010	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
Trimestre		Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.950.487	9,00	7,20	R\$ por Unidade
31/03/2010		Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.523.184	9,99	8,40	R\$ por Unidade
30/06/2010		Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.010.037	17,30	11,22	R\$ por Unidade
30/09/2010		Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros				

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a presente data, não foi realizada nenhuma oferta pública de aquisição pela Companhia relativa a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Não aplicável

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
26/05/2009	26/05/2009 à 26/05/2010	2.543.000,00	Ordinária		1.717.050	10,000000	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
Outras caracter.										
O montante de reserva de capital indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2008.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2010****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		3.580.348	523.684,00	0,15
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		3.580.348	0,00	0,15
Saldo final		0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	12/03/2009
Cargo e/ou função	Acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, da diretoria e dos comitês estatutários e funcionários da Companhia.

Principais características

A Política de Negociação estabelece determinadas regras que deverão ser observadas em qualquer negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela Companhia e suas controladas e sociedades sob controle comum, pelos seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, pelos membros do Conselho de Administração, da diretoria e dos comitês estatutários e pelos funcionários da Tarpon que aderirem à Política de Negociação ("Indivíduos Restritos").

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização É vedada a negociação com as Ações, pela Tarpon e pelos Indivíduos Restritos, (i) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITRs) e anuais (DFPs) da Companhia; (ii) nas datas em que a Companhia negociar com as Ações, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo conselho de administração da Companhia. É vedada, ainda, a negociação com Ações pelos funcionários da Tarpon, não incluídos os Vice-Presidentes, salvo (a) no âmbito de qualquer programa de opções de compra de ações da Companhia ou (b) por meio do clube de investimento para aplicação por administradores, funcionários e parentes de administradores da Companhia, nos termos de seu regulamento.

É vedada a negociação com ações de emissão da Companhia pela Tarpon e pelos Indivíduos Restritos, salvo se forem realizadas por meio das seguintes sociedades corretoras: (i) Credit Suisse (Brasil) S.A. CTVM, (ii) UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A; e (iii) Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Esta vedação não se aplica aos conselheiros independentes da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Possuímos, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Prevemos uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco nosso interesse legítimo. Nesse caso, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

Todas as pessoas vinculadas (nossos acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar um Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Cumpra às pessoas vinculadas o dever de comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores sobre qualquer ato ou fato que possa ser considerado relevante, para que este possa decidir sobre sua caracterização. Cumpra, ainda, às referidas pessoas vinculadas o dever de guardar sigilo das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço da internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às bolsas de valores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável.

22.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável